



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Negócios informais implementados por mulheres em contexto de
crise - contributo para um estudo na região de Lisboa

Joana Isabel da Cruz Serpa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Prof^a. Doutora Sónia Frias, Professora Auxiliar,
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Setembro, 2015



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Negócios informais implementados por mulheres em contexto de
crise - contributo para um estudo na região de Lisboa

Joana Isabel da Cruz Serpa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Prof^ª. Doutora Sónia Frias, Professora Auxiliar,
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Setembro, 2015

Resumo

No atual contexto de crise económica e de austeridade diferentes desafios são colocados aos cidadãos nacionais. Neste estudo a Mulher, e a sua atitude perante a crise, é o objeto primeiro da observação uma vez que em circunstâncias desta natureza as mulheres são sempre um dos grupos mais afetados, porém são também reconhecidas como importantes mobilizadoras de recursos com vista à melhoria das suas condições de vida e dos seus grupos domésticos.

A informalidade é um dos instrumentos disponíveis à implementação de estratégias de adaptação a contextos adversos, sendo o foco deste estudo os pequenos negócios informais, de base doméstica, desenvolvidos por mulheres com o objetivo de melhor defenderem da crise, sua família.

Realizaram-se entrevistas a dez mulheres com o objetivo de identificar qual a importância destes negócios informais, de base doméstica, para as suas intervenientes e para os seus grupos domésticos. Importa averiguar também a relação entre o surgimento destes negócios informais e os efeitos da crise económica e da austeridade, nomeadamente, no mercado de trabalho e no empobrecimento da população. Visa ainda apresentar as diferentes formas de utilização do reduzido lucro obtido.

Palavras-chave: crise económica e austeridade, negócios informais, estratégias, mulheres, grupos domésticos. [JEL Classification System: D13]

Summary

In the current context of economic crisis and austerity, national citizens face new challenges. The present study focuses on women and their attitude towards crisis since they are always amongst the most affected groups in this sort of circumstances. However, women are also known for being important resource mobilizers, facilitating the improvement of their life situation and that of their domestic group.

Informality is presented as one of the available tools for implement adaptation strategies to overcome unfavorable circumstances. Therefore, the focus of this study centres on small informal businesses of domestic basis carried out by women with the purpose of protecting their families from the consequences of economic crisis.

Ten women have been interviewed with the goal of assessing the importance of these informal businesses of domestic basis for the partakers and their domestic groups. It is also important to ascertain the relationship between the emergence of these informal businesses and the effects of the economic crisis and austerity, namely in the employment rates and population impoverishment. This study also investigates the different ways in which the small income is used by women.

Key words: economic crisis and austerity, informal businesses, strategies, women, domestic groups. [JEL Classification System: D13]

Agradecimentos

A três mulheres importantes na minha vida: as irmãs Lélis Vicente da Cruz. À Cristina porque será sempre parte de mim, e eu parte dela. À Marina por nos possibilitar continuar crescer. À Margarida *sintaxicamente falando*.

À Professora Sónia Frias que ao longo dos anos tem vindo a acompanhar o meu percurso, contribuindo para alargar o alcance do meu olhar sobre a realidade.

Aos docentes do mestrado de Economia Social e Solidária pelo trabalho que desenvolvem na transposição desta temática para a Academia.

A todas as mulheres entrevistadas neste estudo pela sua disponibilidade, mas principalmente, pela sua determinação.

A todos os familiares e amigos que estiveram presente durante este percurso e que, de formas diferentes, também deram o seu contributo para este trabalho. Ao João, Jorge e Júlia Serpa. À Escada e ao JLPS. Ao Nuno.

Índice

Introdução	1
Parte I	4
Capítulo 1 – O contexto da pesquisa	4
1.1. Apontamento sobre a crise e a austeridade	4
1.2. Mercado de trabalho	5
1.3. Pobreza e desigualdade	8
1.4. O impacto da crise e as mulheres	11
1.5. O papel da economia social e solidária	14
Capítulo 2 – Famílias e grupos domésticos	18
2.1. Família: multiplicidade de modos de vida	18
2.2. A família e o grupo doméstico	20
2.3. Economia doméstica	22
2.3.1. Eficiência económica ou das relações interpessoais	22
2.3.2. Manutenção do grupo doméstico	25
Capítulo 3 – Mulheres: estratégias familiares e individuais	28
3.1. Definição de estratégia	28
3.2. Estratégias familiares	30
3.3. A informalidade enquanto instrumento estratégico	33
Parte II	37
Capítulo 4 – A pesquisa e a metodologia	37
4.1. Métodos de pesquisa	37
4.2. Pergunta de partida e hipóteses do estudo	40
4.3. O percurso da pesquisa	42

Capítulo 5 – A mulher chega à frente	45
5.1. Apresentação dos dados recolhidos	45
5.2. Análise dos dados	50
5.2.1. Entre a crise e a austeridade: as mudanças no dia-a-dia.....	50
5.2.2. As intervenientes e os seus grupos domésticos	54
5.2.3. Os negócios informais	55
5.2.3.1. Motivações e proveitos	55
5.2.3.2. Divulgação	60
5.2.3.3. Crise, feiras e fiscalização.....	61
Considerações Finais	63
Bibliografia	69
Anexos	77

Índice de tabelas

Tabela 1- Grupos Domésticos	45
Tabela 2 - Grupos Domésticos (continuação)	46
Tabela 3 - Negócios informais.....	47
Tabela 4 - Negócios informais (continuação).....	48
Tabela 5 - Perspetivas futuras.....	48
Tabela 6 - Perspetivas futuras (continuação).....	49

Glossário de Siglas

INE – Instituto Nacional de Estatística

NHE – New Home Economics

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho / International Labour Office

WIEGO -Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

Introdução

O termo *crise* entrou na rotina dos portugueses ainda antes do início da crise económica global em 2008, e consolidou-se, a partir de 2011, ficando patente em todas as áreas da vida da sociedade portuguesa.

A assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika, em Maio de 2011, introduziu as medidas de austeridade como necessárias ao aumento do potencial de crescimento do país, da criação de emprego e da melhoria da competitividade.

Atendendo aos problemas estruturais já existentes, a introdução de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, assente na perspetiva dominante neoliberal, gerou uma deterioração do mercado de trabalho nacional com vista ao aumento da sua competitividade no mercado global.

A sociedade portuguesa encontra-se atualmente num cenário no qual a crise, a redução do emprego e o recuo do papel do Estado no desempenho das suas funções sociais, entre outros fatores, fazem acentuar os níveis de desigualdade e de pobreza da população. Entre 2009 e 2013, a população em risco de pobreza aumentou 8 pontos percentuais, abrangendo atualmente um quarto da população (INE, 2015 a).

Este não é um cenário no qual Portugal atua isoladamente, a sua escala global torna evidente a rutura entre o capitalismo financeiro e a economia *real* (Touraine, 2012). A situação descrita define o contexto deste estudo, que procura remeter a sua pesquisa para uma das unidades basilares da economia *real*: a família, a unidade económica doméstica enquanto ator na resposta às falhas do mercado e também do Estado. No seio da família, será dedicada particular atenção às mulheres.

Muitas são as famílias que se têm deparado com a necessidade de diligenciar soluções para combater o processo de empobrecimento que enfrentam. Na esfera dessas soluções, considera-se que têm vindo a aumentar os pequenos negócios informais, de base doméstica - negócios de produção alimentar, de fabrico de artesanato, por exemplo - discretamente exercidos em casa, sobretudo pelos elementos femininos das famílias. A

reintrodução da produção nas unidades domésticas urbanas potencia a revitalização de relações de interdependência.

As mulheres, ao mesmo tempo que são um dos grupos da população mais afetados pelos programas de ajustamento estrutural - em diferentes períodos, localizações geográficas e condições socioeconómicas - são também elementos importantes no desenvolvimento de estratégias, gerando um contributo para a promoção do seu bem-estar, e em especial, para o das suas famílias.

Este é um estudo exploratório sobre a emergência de negócios informais, de base doméstica, liderados pelos elementos femininos, enquanto mecanismo de resposta à atual conjuntura socioeconómica do país e, especificamente, a situações recentes de desemprego e/ou de empobrecimento das suas famílias. É ainda relevante indagar qual o peso destes negócios no orçamento familiar, bem como a utilização atribuída a este complemento de rendimento.

Esta pesquisa propõe-se contribuir para o estudo sobre as estratégias implementadas em situações de crise económica e de austeridade, nomeadamente, as que estão ligadas à economia informal. Esta última é analisada, para além dos referenciais legais, por meio de um olhar centrado na ação das mulheres.

A apresentação deste tema no Mestrado em Economia Social e Solidária justifica-se pela caracterização de uma realidade social onde estão presentes princípios de uma economia plural que se procuram recuperar nas iniciativas da economia solidária.

A aprendizagem do desenvolvimento heterogéneo da economia solidária, em todas as suas expressões, permitiu identificar, no contexto latino-americano, uma estreita relação entre a informalidade existente na economia popular, e a economia solidária. Sem que estes termos sejam sinónimos e sem que este se trate de um estudo comparativo, o papel dos protagonistas destas duas realidades é extremamente relevante na procura da melhoria das condições de vida.

A economia solidária é um processo inclusivo de reinvenção das relações económicas e sociais, no qual o papel da mulher é reconhecido, não apenas nos sistemas de produção, mas principalmente na garantia do bem-estar próprio, da sua família e da sua comunidade.

Ao nível pessoal, a motivação para a realização desta pesquisa prende-se com o conhecimento da diversidade de percursos individuais no encontrar de soluções face aos desafios colocados na atualidade portuguesa. Realidades que o cruzamento estatístico não permite olhar e que o enquadramento legal penaliza, mas que espelham o desfasamento entre a realidade e as palavras preconizadas nos objetivos políticos e sociais para as sociedades contemporâneas.

Este estudo é composto por três partes. Na primeira é apresentado o cenário do estudo e os conceitos chave relacionados com família e grupo doméstico, assim como com a conceptualização de estratégia. A segunda parte integra a componente prática, incluindo as questões metodológicas e a apresentação dos dados recolhidos no terreno. Por fim, na terceira parte, são expostas as considerações finais, no fundo, uma reflexão sobre os dados recolhidos e as conclusões retiradas destes.

Parte I

Capítulo 1 – O contexto da pesquisa

1.1. Apontamento sobre a crise e a austeridade

Em 2011, Portugal recorreu a um empréstimo internacional por motivos derivados da sua frágil economia, do elevado nível da dívida pública nacional e da crise económica e financeira global. Esta foi a terceira vez que Portugal recorreu à ajuda internacional, tendo sido considerados bem-sucedidos os resgates das décadas de 70 e 80 no século passado.

Como contrapartida deste empréstimo, os parceiros internacionais, através de um documento denominado *Memorando de Entendimento com a Troika*, exigiram condições específicas relativamente à política pública nacional: no domínio da política orçamental, da estabilização do sistema financeiro, da redução dos encargos e da dimensão do setor público. Entre os vários domínios da política económica distingue-se o mercado de trabalho (Abreu, et al., 2013).

Numa perspetiva neoliberal, com vista à maior liberdade individual, as denominadas medidas de austeridade enquadram-se na redução da intervenção do Estado na economia, bem como na diminuição do encargo relativo à proteção social e a outras funções sociais patentes na conceptualização do Estado Social.

O período do plano de resgate financeiro terminou formalmente em Maio de 2014, sendo Portugal considerado, por alguns parceiros do Eurogrupo, como exemplo do bom funcionamento dos programas de ajustamento.

As medidas introduzidas neste período afetaram, direta ou indiretamente, o mercado de trabalho, os rendimentos e o consumo das famílias portuguesas, constatando-se um aumento dos níveis de pobreza e desigualdade. Um estudo recente sobre o impacto da crise nos direitos fundamentais dos cidadãos reconhece que as medidas de austeridade afetaram em larga escala os direitos fundamentais dos cidadãos portugueses (Canotilho, 2015).

Sobre a *crise nacional*, Vítor Bento (2011) defende uma intervenção política cujos custos serão certamente muito grandes e concentrados no tempo, mas que permitem alimentar a esperança de erradicar o problema e criar condições para alicerçar um novo período de crescimento sustentado. Entre estes custos encontram-se a redução salarial e a contenção da despesa pela via fiscal. Esta proposta enquadra-se nas linhas orientadoras do Consenso de Washington de 1989.

Uma perspetiva diferente é apresentada por vários autores (Abreu, et al., 2013) quando referem que Portugal está obrigado a prosseguir com a estratégia de austeridade nas próximas décadas, representando assim um retrocesso civilizacional e a construção de uma economia que só atrairá investidores que queiram tirar partido dos custos baixos e de regras laborais e ambientais menos exigentes.

1.2. Mercado de trabalho

O impacto da crise económica e da austeridade no mercado de trabalho foi de grande dimensão. As implicações deram-se, de forma incisiva, a vários níveis: aumento do desemprego e da precariedade laboral, redução do custo do trabalho e da proteção social face ao desemprego, entre outras.

Atendendo ao papel que o trabalho assume na construção da identidade dos indivíduos e das suas relações sociais, as consequências das alterações do mercado de trabalho nos indivíduos e suas famílias não se resumem apenas à redução do rendimento e da satisfação das necessidades. Os efeitos são sentidos também ao nível da autoestima e inclusão/exclusão social.

O aumento do desemprego nacional foi uma das faces mais visíveis da crise. Em Portugal, entre 2009 e 2014, perderam-se aproximadamente 680 mil empregos (Banco de Portugal, 2014). No entanto, a tendência ascendente do aumento do desemprego nos países europeus era já uma preocupação manifestada, em 1993, no Livro Branco da Comissão Europeia - *Crescimento, competitividade, emprego - Os desafios e as pistas para entrar no século XXI*.

Passadas mais de duas décadas esta preocupação que mantém-se no relatório da OIT - *World employment and social Outlook*, que conclui que a nível global as perspetivas de emprego irão deteriorar-se nos próximos cinco anos. Embora a situação do emprego se encontre a melhorar em alguns países desenvolvidos, mantém-se difícil em grande parte da Europa (ILO, 2015).

As medidas políticas introduzidas nos países do sul da Europa, nomeadamente em Portugal, centraram-se na redução da legislação de proteção do emprego, no enfraquecimento da negociação salarial e na redução dos salários mínimos, como forma de aumentar a competitividade (ILO, 2015). Entre todos os direitos fundamentais dos cidadãos, em Portugal, o direito ao trabalho foi o mais afetado pela crise económica e pelas medidas de austeridade implementadas (Canotilho, 2015).

Um dos efeitos preponderantes foi a redução dos rendimentos dos trabalhadores¹, sendo este também o mais difícil de ser revertido, persistindo a longo prazo (OECD, 2014 b). Em paralelo, a proporção de pessoas sem rendimento proveniente do trabalho aumentou 20% em Portugal (OECD, 2014 b).

O acesso ao emprego é efetivamente um fator diferenciador no que respeita a situações de pobreza (Costa, et al., 1985), mas a entrada no mercado de trabalho não é por si garantia para a saída de um ciclo de pobreza (Hespanha, et al., 2007).

As atuais relações de trabalho não são significativas para a melhoria das condições socioeconómicas e para os processos de inclusão social. Estas relações são caracterizadas por situações de precariedade que englobam intensidade laboral, baixas remunerações e vínculos instáveis.

Verificando o aumento das formas flexíveis e precárias de emprego nos últimos anos, Sara Casaca (2012) refere que os bons empregos são escassos e o aumento das oportunidades para homens e mulheres não passa de uma ilusão da perspetiva tecno-liberal, desmentida pela realidade do trabalho. O pleno emprego é uma memória europeia que se afigura, na atualidade, como uma utopia.

¹ Ver Anexo A: *Índice de custo do trabalho (2008-2014)*

Por oposição à ideia de carreira surge a noção de *trajetória de emprego em carrossel* (Diogo, 2008 cit. in Costa (coord.), et al., 2015 p.77), que visa um recomeço contínuo de um percurso profissional onde nenhum dos benefícios materiais, sociais e simbólicos associados a uma carreira numa empresa ou profissão está à disposição dos indivíduos.

O desemprego pode ser definido como:

A condição dos indivíduos que, embora disponíveis para o trabalho, num determinado momento da sua vida ativa estão involuntariamente privados de um trabalho remunerado. (Hespanha, et al., 2007 p. 17)

Embora a definição seja objetiva, especialmente por motivos estatísticos, o desemprego observado de uma forma subjetiva permite verificar uma diversidade de percursos individuais, nos quais o seu impacto reflete-se ao nível económico, orçamental, social, familiar e psicológico (Abreu, et al., 2013).

O empobrecimento e a desigualdade na sociedade portuguesa estão relacionados com a evolução do mercado de trabalho nos últimos anos. Esta é caracterizada pela redução do número de empregos disponíveis, dos rendimentos dos trabalhadores, das prestações de proteção social, e pelo aumento do desemprego e das formas de trabalho flexíveis e precárias.

Atualmente verifica-se também que a economia não registada é um fenómeno em expansão associado ao aumento da carga fiscal, ao desemprego, à imposição de restrições sobre atribuição de benefícios fiscais e à diminuição dos valores éticos da população (Afonso, 2014). Na economia não registada incluem-se o autoconsumo, a economia subterrânea, a economia ilegal e a economia informal.

Assumindo que o mercado de trabalho representa um recurso importante para as estratégias de sobrevivência (Costa (coord.), et al., 2015), importa explorar as situações em que as iniciativas informais passaram a integrar os percursos individuais de quem está disponível para o trabalho e não consegue equilibrar as suas necessidades e satisfação das mesmas através do mercado de trabalho formal.

1.3. Pobreza e desigualdade

Os níveis de pobreza em Portugal sempre foram elevados face aos outros países europeus. No entanto, a longo prazo e de forma ténue, tendiam a diminuir. Nos últimos anos, esta tendência inverteu e acentuaram-se tanto os níveis de pobreza, como os de desigualdade.

O contexto de crise e de austeridade, não apenas devido às alterações do mercado de trabalho apresentadas, mas também a uma combinação de diversos fatores, agravou seriamente as condições de vida da população. Este agravamento fez com que uma nova parte da população se encontrasse em situação de vulnerabilidade económica e de pobreza, aumentando os níveis de risco de pobreza e de desigualdade nacionais.

Todas as pessoas têm uma perceção individual do que é a pobreza, construída pela vivência pessoal e relações na comunidade em que estão inseridas, pelo discurso político e pela comunicação social. Nos estudos sobre a pobreza importa definir a aceção a considerar para que se garanta coerência, a validade dos dados analisados, e a eventual comparabilidade. A pobreza é pois um conceito multidimensional.

Os conceitos de pobreza podem ser objetivos ou relativos. Na classe dos conceitos objetivos, encontra-se o conceito de pobreza primária estabelecido em 1901 por Seeborn Rowntree, definida como as situações em que os rendimentos totais são insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física. No entanto, é difícil especificar as necessidades mínimas alimentares e não alimentares de uma forma absoluta e aplicável a todos os contextos (Sen, 1999; Costa , et al., 2008).

Uma forma de olhar a pobreza face ao contexto em que está inserida foi proposta por Townsend:

A pobreza só pode ser definida objetivamente e [a definição] aplicada de modo consistente em termos do conceito de privação relativa. [...] Pode dizer-se que indivíduos, famílias e grupos da população se encontram em pobreza quando carecem de recursos para obter os tipos de dieta, participar nas atividades e ter as condições e comodidades que são habituais ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. (Townsend, 1979 cit.in. Costa et al., 2008 p.41)

Uma outra perspetiva é apresentada por Amartya Sen, o qual defende que a análise da pobreza não deve atender exclusivamente à carência de rendimentos, mas à privação das potencialidades básicas. Sendo o rendimento um aspeto de extrema relevância para a concretização das potencialidades, o autor identifica potencialidade como uma forma de liberdade para realizar combinações de funcionamento alternativas (Sen, 2003) .

Na análise da pobreza e exclusão social em Portugal, realizada em 2008, Bruto da Costa define pobreza como *situação de privação por falta de recurso* (Costa , et al., 2008 p. 26), assumindo privação como uma situação de carência das necessidades humanas básicas.

Os recursos são entendidos como os bens e serviços, adquiridos no mercado, para os quais o rendimento disponível é fundamental, os bens e serviços garantidos pelo Estado, nas suas diferentes modalidades. São também importantes os rendimentos em espécie e bens e serviços dos quais as pessoas usufruem sem qualquer pagamento monetário (Costa , et al., 2008).

Numa perspetiva quantitativa, a informação estatística compilada atualmente em Portugal centra-se no conceito de *risco de pobreza*, uniformizado a nível europeu. A taxa de risco de pobreza é a *proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente* (INE).

O relatório do INE sobre o rendimento e condições de vida no ano de 2013, com base no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), expõe o aumento do número de pessoas em risco de pobreza no período 2009-2013, variando de 17,9% para 25,9% (INE, 2015 a). O mesmo relatório revela os grupos mais vulneráveis, entre os quais sobressaem o grupo etário com menos de 18 anos (25,6%) e o género feminino (20%). Estes valores assumem a linha de pobreza ancorada em 2009, uma vez que o montante do limiar de pobreza também desceu nesse período.

O valor provisório da taxa de população em risco de pobreza em 2013, antes de qualquer transferência social, é de 47,8%, face a 41,5% em 2008 e 43,4% em 2009 (INE).

Os dados revelam alguma variação da percentagem da população portuguesa em risco de pobreza ou exclusão social no período 2006-2014². Os valores mais baixos foram nos anos de 2009 e de 2011, 24,9% e 24,4% respetivamente. Entre 2011 e 2014 a população nestas condições aumentou 3,1%.

O indicador da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, disponível na base de dados do INE, inclui a população que reúne uma das três situações: risco de pobreza, situação de privação material severa ou que integra um agregado com muito baixa intensidade de trabalho (EAPN, 2014). Segundo Bruto da Costa (2008), a designação de risco de pobreza não é a correta atendendo a que se assume um intervalo que engloba pessoas com rendimento nulo até pessoas que possam obter rendimentos imediatamente abaixo da linha da pobreza.

Outro conceito que surge muitas vezes associado à pobreza é o de desigualdade, especialmente em situações de crise económica no que respeita à desigualdade de rendimentos.

Pobreza e desigualdade são conceitos que efetivamente se relacionam, porém não se subordinam um ao outro (Sen, 1999). A pobreza relaciona-se com as condições de vida que devem ser satisfeitas para determinado padrão de vida, enquanto o estudo da desigualdade prende-se na distribuição de determinados recursos pelas unidades de análise (Costa , et al., 2008).

A distinção pode ser feita assumindo que:

A pobreza implica a existência de um limiar abaixo do qual as pessoas devem considerar-se pobres, ao passo que a desigualdade é apenas um conceito comparativo entre duas situações. (Costa , et al., 2008 p. 55)

O coeficiente de Gini, indicador de desigualdade na distribuição do rendimento assinalou uma diminuição até 2009, atingindo 33%, e vindo a aumentar nos seguintes. Os dados provisórios para 2013 são de 34,5%.

² Ver Anexo B - *Indicadores de pobreza e desigualdade económica*

O relatório da OCDE de Outubro de 2014 refere que as reformas estruturais introduzidas em Portugal estão a colocar a economia nacional num bom caminho, saindo de uma recessão severa (OECD, 2014 a). Em paralelo, menciona que a desigualdade de rendimentos se encontra consideravelmente acima da média da OCDE. Portugal apresenta ainda um dos níveis mais elevados de pobreza relativa e surge como um dos países com maior desigualdade no que respeita ao rendimento disponível. Neste sentido, a OCDE faz recomendações para a redução da desigualdade e da pobreza.

O mesmo relatório, no âmbito do índice da OCDE - *Better Life* (OECD, 2014 a), mostra que a perceção subjetiva dos portugueses relativamente ao seu bem-estar é muito baixa, existindo apenas 3 países da OCDE com valores mais baixos. Portugal encontra-se também abaixo da média no que respeita aos rendimentos e riqueza, empregos, educação, saúde e envolvimento cívico. Em oposição, encontra-se bem classificado no que respeita à habitação, à qualidade ambiental e ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Um melhor entendimento sobre a conceptualização da pobreza torna-se pertinente no desenvolvimento deste estudo para uma melhor compreensão, análise e sistematização das situações socioeconómicas das mulheres entrevistadas, e respetivos grupos domésticos.

1.4. O impacto da crise e as mulheres

Os efeitos da crise económico-financeira de 1970, em Portugal, geraram os então denominados *novos pobres* (Costa, et al., 1985). Na atual crise surgiu uma segunda geração de *novos pobres*, pois verifica-se que a composição da população em situação de pobreza continua a sofrer alterações, afetando uma população cada vez mais jovem (Matsaganis, et al., 2014; INE, 2015 a). Não obstante, a população idosa portuguesa continua a representar um dos grupos mais desfavorecidos na Europa (Canotilho, 2015).

A uma escala global e de uma forma transversal a todas as faixas etárias, as mulheres representam a parcela mais afetada pelas crises do sistema capitalista e dos respetivos programas de ajustamento estrutural (Frias, 2006; Maier, 2011; Casaca, 2012; Ortiza, et al., 2013; Evans, 2013; Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

As mulheres são afetadas direta e indiretamente, suportando um fardo mais pesado e mais duradouro do que os homens.

Como anteriormente mencionado, o desemprego e o direito ao trabalho são áreas que sofreram alterações extremas, afetando a população de uma forma geral. Embora numa primeira fase, após 2008, o impacto do desemprego tenha sido maior para os homens, a posterior implementação do programa de austeridade provocou o aumento do desemprego entre a população feminino (Casaca, 2012; Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

As mulheres empregadas foram também afetadas pelo recuo dos direitos laborais, tendo-se verificado o aumento da precariedade laboral, o aumento da carga horária (com implicações negativas para a conciliação trabalho-família), o aumento dos trabalhos mal remunerados, diminuição dos níveis de proteção social e cortes e congelamentos de ordenados.

Tendencialmente, as mulheres experienciam maiores períodos em situação de desemprego do que os homens, e a maternidade acentuou-se como uma limitação na reentrada no mercado de trabalho (European Union, 2010; Maier, 2011).

Por outro lado, existe uma importante parte da população feminina que não integra as estatísticas do desemprego, sobre a qual é difícil averiguar o impacto da crise e austeridade (Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013). Estas mulheres podem estar estatisticamente identificadas como inativas por diversos motivos, entre os quais a retirada voluntária do mercado de trabalho relacionada ou não com consequências da crise e austeridade.

O início do exercício de uma atividade informal pode estar relacionado com a saída do mercado de trabalho formal. O serviço doméstico, a prestação de cuidados a pessoas

dependentes são atividades informais tendencialmente exercidas por mulheres nestas situações, porém, pode também ocorrer a sua integração em processos produtivos de economia paralela. Observa-se um aumento do trabalho informal das mulheres, ao nível europeu, com o objetivo de fugir aos efeitos da crise, sendo difícil determinar os seus contornos específicos (Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

Os cortes orçamentais dos programas de austeridade visam o setor público e os seus serviços como a educação, saúde e serviços sociais. Nestas áreas as mulheres representam uma maioria, não só ao nível das pessoas empregadas mas também enquanto as principais utilizadoras dos serviços (Maier, 2011; Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

Antes da transferência de qualquer prestação social, a diferença do risco de pobreza entre homens e mulheres é muito maior (INE, 2015 a). A maior dependência de apoios sociais significa um maior impacto sobre as mulheres das alterações dos critérios de atribuição de apoios sociais no quadro de cortes da despesa pública (Maier, 2011; Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

A redução de rendimentos dos restantes elementos dos grupos domésticos afeta indiretamente as mulheres, que se veem obrigadas a ajustar despesas e a adaptar os seus modelos de gestão doméstica. São as mulheres que suportam o peso do desfasamento entre o rendimento e as necessidades das suas famílias, sacrificando as suas necessidades face às dos restantes elementos da família, procurando minimizar as alterações nos padrões de vida (Vogler, et al., 1993; Cappellini, et al., 2014; Coelho, 2014).

Os processos migratórios também são alvo de alterações derivadas da crise e da austeridade, o que consequentemente afeta a população feminina. Ao mesmo tempo que se verifica o aumento da emigração em Portugal, é sabido que os montantes das remessas enviadas diminuem em períodos de recessão, assim como o número de postos de trabalho disponíveis para migrantes (Moghadam, 2011).

Numa perspetiva de género, a crise e a recessão económica, assim como as políticas de austeridade que se seguiram potenciaram o risco de retrocesso na igualdade nas relações

de género, colocando grande pressão sobre as mulheres (European Union, 2010; Maier, 2011; Casaca, 2012).

De acordo com o que acima foi exposto, as mulheres suportam os efeitos da crise e da austeridade direta e indiretamente através dos constrangimentos de todos os elementos das suas famílias. Mas, ao mesmo tempo, desempenham um papel importante de resistência à crise.

São muitas vezes consideradas como elementos amortecedores ao choque das crises económicas (Frias, 2006; Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013; Ortiza, et al., 2013).

O seu papel é fundamental nas diversas estratégias que as famílias se veem obrigadas a implementar, não apenas na manutenção dos padrões de vida anteriores à crise, mas principalmente com vista à melhoria das suas condições de vida (Sen, 2003; Frias, 2006; dos Santos, 2011).

É pois, por todos os constrangimentos mencionados, que importa conhecer como se constrói e o que caracteriza a perspetiva feminina de resposta à crise.

1.5. O papel da economia social e solidária

Na ciência económica, as crises cíclicas são apontadas como uma das falhas do mercado. A intervenção do Estado surge para colmatar algumas dessas falhas, mas encontra-se condicionada pelos programas de ajustamento e implementação de medidas de austeridade. A economia social e solidária pode, nesta dualidade, representar um ator diferenciador, com um papel importante para as pessoas e suas comunidades.

A discussão sobre as designações de economia social e/ou solidária e respetivos conceitos não está fechada. Diferentes aceções derivam dos percursos históricos onde várias componentes interagem – contexto geográfico, social, político, ideológico. Economia solidária é identificada como *práticas novas ou renovadas, nas “vizinhanças” ou no mesmo terreno da chamada economia social* (Amaro, 2009 p. 13). É vista como um novo

capítulo da história da economia social na Europa (Gaiger, 2009), ou então como sinónimo de economia social na realidade portuguesa (Namorado, 2009).

Independentemente da discussão teórica que, embora de interesse, não respeita o âmbito deste estudo importa referir algumas características e potencialidades da economia social e solidária, nomeadamente no que respeita ao contexto que tem vindo a ser descrito.

A economia social, terminologia utilizada na legislação nacional, traduz-se nas atividades consideradas socialmente relevantes, desenvolvidas por um conjunto de organizações - associações mutualistas, misericórdias, fundações, outras instituições particulares de solidariedade social - que visem o interesse geral da sociedade, quer diretamente, quer através da satisfação das necessidades dos seus membros (CASES, 2015).

O que distingue as atividades económicas desenvolvidas pela economia social das restantes atividades de mercado são os princípios que as orientam, nomeadamente ao nível da sua finalidade, do seu modo de organização e da utilização dos seus excedentes. A economia social tem por finalidade a prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário. As organizações da economia social são autónomas na gestão, e assumem o controlo democrático pelos membros, cuja filiação é livre, tendo cada pessoa direito a um voto. A distribuição dos excedentes da sua atividade dá primazia às pessoas e ao objeto social sobre o capital (Defourny, 2009).

Em Portugal, face às limitações no desempenho das suas funções sociais, o Estado acabou por contratualizar muitas respostas de apoio social para diferentes grupos da população, garantindo uma abrangente rede de respostas prestadas pelas organizações da economia social. Não discutindo a necessidade e relevância destas organizações, muitas continuaram a desempenhar as suas funções sociais com um carácter caritativo. Foram também alvo de *isomorfismo institucional* (Laville, 2009), tornando-se idênticas, neste caso ao Estado, garantindo respostas padronizadas pelas entidades que as tutelam e colocando de parte a mediação política.

A economia solidária, numa combinação das esferas política e económica afastadas pelo sistema económico dominante, tem o objetivo de superar a solidariedade filantrópica

vigente na economia social atual, implementando uma solidariedade democrática que vise o envolvimento de todos na resolução dos seus problemas.

Na conjuntura atual, a economia solidária não prevê uma população que aguarde individualmente os apoios sociais atribuídos pelo Estado que, por vezes, os delega a instituições; mas sim uma população que, em comunidade, aja e participe de forma informada na luta pelos seus direitos e na construção de unidades económicas com valores humanistas e igualitários.

Novas formas organizativas e respostas no plano económico podem surgir através da exploração da *interdependência e (d) a indissociabilidade entre as dimensões individual e coletiva da existência humana e entre as dimensões cognitiva, emocional e afetiva do comportamento humano* (Henriques, 2010)

As redes de solidariedade são um recurso não-monetário fundamental ao desenvolvimento da economia solidária nos países do mediterrâneo. Assentes em relações de reciprocidade, nestas redes a *família e, especialmente a mulher, são elementos importantes* (Estivill, 2009 p. 79). A economia solidária reconhece o contributo feminino na resposta a diversas questões do quotidiano.

Estou convencida (...) que no âmbito das Economias Solidárias, que se cruzam quer com a economia formal, quer com a economia informal e doméstica, as mulheres podem encontrar os seus espaços e visões de sociedade, fórmulas mais integradoras e justas para garantir a sua participação, reconhecimento e empoderamento e contribuir para ações de emancipação e transformação social (dos Santos, 2011 p. 88).

Nesta visão de cruzamento entre as necessidades da sociedade atual e o potencial de cada indivíduo, especificamente o das mulheres, são estratégias importantes o empreendedorismo coletivo, o *empowerment* ou o reconhecimento das capacidades (Hersent, et al., 2014).

A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros reconhece e valoriza a importância da economia social e solidária para a melhoria das condições das mulheres europeias no atual contexto de crise através da recomendação de uma intervenção política num campo que pretende ser autónomo:

Convida os Estados-Membros a apoiarem a criação de empregos no setor da economia social e solidaria em que predomina o trabalho feminino não remunerado e, em particular, a analisarem e aplicarem novas soluções que permitam a valorização económica do trabalho informal e não clandestino (Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, 2013).

A importância e o potencial da economia solidária, no alcance deste estudo, deve-se à valorização do contributo feminino e à aposta nos processos de *empowerment* dos indivíduos e das suas comunidades, na construção de uma economia diferente. Nesta é fundamental que as relações interpessoais e de reciprocidade sejam reconhecidas como aspetos importantes da vida, e por consequência, da economia, ultrapassando a predominância do lucro sobre as pessoas.

Capítulo 2 – Famílias e grupos domésticos

2.1. Família: multiplicidade de modos de vida

Família pode ser definida como:

O grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada, e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adotadas (Murdock, 1949 cit. in Amaro, 2006 p.13) .

Nas diversas definições de família, podem-se identificar elementos comuns como os laços de sangue, o espaço físico ou a cooperação económica. Levi-Strauss (1977) identifica como características deste grupo social ter a sua origem no casamento, a existência de laços de sangue e de uma união por laços legais, direitos e obrigações económicas, e/ou religiosas, entre outras.

Embora existam definições lineares de família, como acima expostas, o gradual aumento da perceção desta enquanto unidade em contínua transformação alterou o foco da sua teorização para a pluralidade de modos de vida em comum.

O significado de família acarreta consigo uma ambiguidade entre a universalidade e a diversidade. A conceção de família nuclear composta por um homem, uma mulher e os respetivos filhos está longe de caraterizar a família contemporânea tendo em conta aspetos como a formação da família (Muncie, 1995), as suas interações e a própria divisão social do trabalho (Wall, 2005).

A diversidade de estruturas, formas de organização e representações relativas à família dificilmente permitem que possa ser enquadrada numa única forma, ou modelo de família (Bernardes, 1997). Configurações recentes da família demonstram-no, tais como as famílias monoparentais, recompostas, de adoção ou homoparentais.

A família contemporânea, na sua multiplicidade de modos de vida, encontra-se numa dualidade entre as esferas privada e pública sendo *cada vez mais privada e cada vez mais pública* (Singly, 1993 cit. in Leandro, 2001 p.127).

A família contemporânea é mais autônoma em relação ao parentesco e à vizinhança. Por outro lado, encontra-se mais dependente e condicionada pela esfera pública, nomeadamente pelo mercado de trabalho e pelo Estado (Leandro, 2001).

Os diferentes modos de conceber e definir *família* são justificados por fatores culturais e pelos níveis do discurso em que o conceito é utilizado (Saraceno, et al., 2003). Tratando-se de um elemento comum no nosso vocabulário, e com uma forte componente no nosso imaginário, não existe uma verdadeira consciência da multiplicidade de fatores que lhe estão inerentes aquando a sua utilização. Estes fatores distinguem cada dinâmica familiar e, por conseguinte, cada família. A conceptualização de *família* é pois uma reflexão dos valores tradicionais (Muncie, 1995) , a qual reflete quase sempre, entre nós, uma construção ocidental.

Os sociólogos utilizam a popularidade do estereótipo [família nuclear] da vida quotidiana para confirmar a precisão da sua *tipologia ideal*, e os atores do quotidiano utilizam a *tipologia ideal* da sociologia para confirmar a precisão do seu estereótipo (Bernardes, 1997 p. 5) .

Na análise da família, enquanto objeto de estudo, a dimensão histórica é de extrema importância, pelas alterações de que tem sido alvo com o percurso evolutivo da sociedade: revolução industrial e transição do rural para o urbano; mudança da sociedade de trabalho para a sociedade do emprego; alterações do papel da mulher na família, com a entrada no mercado de trabalho e a emancipação em diferentes áreas da vida.

O tempo é ainda uma componente importante no que respeita aos ciclos de vida de cada família. Eventos como nascimentos, mortes e casamentos; e processos como o crescimento e o envelhecimento representam fatores importantes nestes ciclos (Saraceno, et al., 2003).

Independentemente da sua multiplicidade de formas, significados e interações, a família não é só um dos lugares privilegiados de construção social da realidade (Friedmann, 1996; Saraceno, et al., 2003) mas também um dos agentes sociais no processo de mudança social. Mesmo com diferentes graus de liberdade, a família contribui para a definição das formas e sentidos desse processo (Goode, 1982 cit. in Saraceno, et al., 2003).

Assim, conhecer e compreender as famílias e os seus modos de vida tornam-se essenciais para compreender e melhorar a sociedade humana (Bernardes, 1997).

2.2. A família e o grupo doméstico

Recorrendo a dois dos critérios frequentemente utilizados para definir família – espaço físico e economia partilhada - pode-se transitar para a definição de grupo doméstico.

Por comparação à família, definida por laços de consanguinidade e de aliança, o grupo doméstico é definido pela coresidência e pela partilha de um espaço de vida (Wall, 2005; Ball, 1974 cit. in Muncie, 1995).

Um terceiro critério que pode ser considerado na caracterização de um grupo doméstico é o parentesco entre os elementos que o compõem. No entanto, enquanto a localização e a economia partilhada se verificam sempre, o parentesco não (Laslett, et al., 1972).

A definição do Instituto Nacional de Estatística para Agregado Doméstico Privado é

Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. (INE).

A terminologia anglo-saxónica *household*, comumente utilizada para distinguir família do conjunto de atividades partilhadas num espaço comum é remetida para o conceito de grupo doméstico. Porém, não existindo uma tradução direta para as línguas latinas, Chiara Saraceno opta por utilizar o termo *convivência familiar* para se referir às pessoas que vivem em conjunto e às relações e experiências familiares inerentes (Saraceno, et al., 2003).

Maria Leandro (2001), por sua vez, caracteriza o grupo doméstico como o espaço onde a domesticidade e o trabalho se conjugam. Um espaço de reencontro, de partilha de serviços, de consumo, de comensalidade, de convívio, de conflitos e de dificuldades.

Espaço de projeção de esperanças e de sonhos, de reconhecimento e de construção da identidade.

Os objetivos dos grupos domésticos, unidades em contínua transformação, são garantir a sua reprodução individual e coletiva, e o bem-estar através da associação dos rendimentos provenientes de várias fontes (Smith, et al., 1992). Os grupos domésticos apresentam configurações instáveis devido a fatores internos e externos: acontecimentos individuais e familiares; mudanças sociais e movimentos da população (Wall, 2005).

A composição dos grupos domésticos pode ser mais ampla que a família, integrando na sua composição elementos aparentados e/ou não aparentados, externos ao núcleo familiar. Importa, assim, mencionar a tipologia de Laslett (1972) para as diferentes estruturas de grupos domésticos. Estas são:

- Solitários (*solitaires*), compostos por pessoas que vivem sozinhas;
- Grupos domésticos sem estrutura familiar (*no familie*), compostos por pessoas que podem ser parentes, como irmãos, ou compostos por pessoas sem qualquer grau de parentesco. [*Não se entende muito bem ao que correspondem a não ser a um grupo de velhos amigos que partilham o mesmo lar* (Segalen, 1999)];
- Grupos domésticos simples (*simple family households*), compostos pela denominada família nuclear [*célula familiar contemporânea* (Segalen, 1999)], ou seja, por um casal casado, com ou sem filhos, ou por um elemento do casal viúvo com os respetivos filhos;
- Grupos domésticos alargados (*extended family households*), compostos por uma unidade familiar conjugal e por outros parentes que não coabitam com cônjuges e filhos. [*A extensão corresponde a uma adição a um núcleo central conjugal de um parente mais ou menos próximo, de certa forma satelizado* (Segalen, 1999)];
- Grupos domésticos múltiplos (*multiple family households*), compostos por duas ou mais unidades familiares conjugais, relacionadas por parentesco, que podem ser simples ou alargadas.
- Grupos domésticos com estrutura indeterminada (*indeterminate*) que não se incluem nas anteriores.

O recurso ao conceito de grupo doméstico em detrimento do conceito de família deve-se ao facto de aquele permitir englobar uma maior diversidade de formas de vivência que ultrapassam os laços familiares e de casamento, centrando-se nas relações e dinâmicas contemporâneas estabelecidas para o desenvolvimento das atividades domésticas que visam os objetivos daquele grupo: produção, consumo, reprodução, cuidados, educação, entre outros.

Por motivo de melhor enquadramento, neste trabalho poderá surgir a palavra *família* na escrita e em contexto de entrevista. Importa ressaltar que se pretende referir ao grupo doméstico como acima descrito.

2.3. Economia doméstica

2.3.1. Eficiência económica ou das relações interpessoais

A família e a economia podem parecer dois lugares distantes que se cruzam por breves momentos no dia-a-dia. Na verdade, a relação entre estes dois lugares é estreita e tão duradoura no tempo como a própria terminologia *economia*, que deriva do grego *œconomia*, administração doméstica (Polanyi, 2012).

O estudo específico da economia doméstica,

Ocupa-se das determinantes económicas das relações entre as pessoas no seio das famílias, sejam estas de natureza conjugal (produção doméstica, oferta de trabalho, consumos diferenciados de homens e mulheres, violência doméstica) ou intergeracional (despesas com educação, saúde e nutrição das crianças, investimentos desiguais em filhos e filhas, apoio económico dos filhos aos pais, etc.) (Coelho, 2009 p. 114).

Na atualidade, perante a doutrina económica neoliberal, a economia respeitante à família parece uma economia de importância menor face à economia de mercado e financeira. Neste prisma, os grupos domésticos são observados face à execução de duas funções principais: consumo e reprodução biológica da força de trabalho, ignorando o contributo das suas relações de não mercado para a produção de condições de vida (Friedmann, 1996).

Um dos modelos neoliberais formulados para explicar o comportamento dos grupos domésticos foi o denominado *New Home Economics* (NHE), desenvolvido por Gary Becket na década de 60 do século passado. O grupo doméstico é observado como uma empresa orientada para a maximização da utilidade, motivada por escolhas estáveis e uniformes no que respeita ao consumo (Coelho, 2009)

Algumas das críticas a este modelo passam pela assunção de que o elemento masculino é a principal fonte de rendimentos (*breadwinner*) e o elemento feminino é responsável pelo trabalho doméstico e de reprodução (*housekeeper*). O princípio de que a tomada de decisão é consensual é criticada por não reconhecer a individualidade dos elementos do grupo doméstico (Coelho, 2009).

Não obstante, a NHE refere a importância da produção doméstica, sendo esta omissa em muitos dos outros modelos económicos. A produção doméstica é na maioria das vezes resultado do trabalho não remunerado, realizado pelas mulheres, trabalho este que é também enfatizado, entre outros aspetos, pela economia feminista (Coelho, 2009).

Amartya Sen (1990 cit.in Coelho, 2013) defende uma abordagem diferente. O autor remete o estudo dos grupos domésticos para a esfera de uma teoria negocial qualitativa, centrada no conceito de *conflito cooperativo* que permita atender ao papel, quer da agência individual, quer das perceções dos interesses, bem-estar, às contribuições e pretensões de cada membro da família. Outros autores, ainda, remetem a análise da economia doméstica para a teoria dos jogos (Coelho, 2009)

Na busca de diferentes formas de olhar a economia, privilegiando o papel das unidades económicas *reais*, nomeadamente o dos grupos domésticos, é muitas vezes retomado Karl Polanyi e a sua aceção de economia subjetiva, na qual as relações sociais entre os indivíduos têm um papel fundamental. O autor utilizava a referência das sociedades não mercantis anteriores século XIX para evidenciar que a economia não é autónoma das motivações sociais e que se encontra *incrustada*³ nas relações sociais, não sendo determinada pelas relações de mercado (Polanyi, 2012).

³ Em inglês *embedded*

Os quatro princípios que definem a economia subjetiva realçam a importância não só das relações sociais, mas também dos grupos domésticos e da comunidade. Estes são a reciprocidade, a redistribuição, o mercado e a domesticidade (ou administração doméstica).

John Friedmann (1996) considera o grupo doméstico como um alicerce para repensar as relações económicas.

Os grupos são dinâmicos e têm uma importante componente relacional com outros grupos domésticos, com base em relações de família, de amizade ou de vizinhança. E são espaços privilegiados para relações de reciprocidade, que se manifestam na produção, como na repartição de produtos, através da prática das oferendas e contra oferendas.

A propósito das redes de apoio familiar, em Portugal, um estudo de Vasconcelos (2005) constata que estas não são tão abundantes como o defendido em outras perspetivas sobre a solidariedade primária no Sul da Europa. Porém, também não comprova as hipóteses radicais de privatização familiar e dos grupos domésticos já mencionadas anteriormente. Por sua vez, reconhece que a rede de apoio *é, de facto e em grande medida, uma rede de entreaajuda feminina* (Vasconcelos, 2005 p. 627).

Os grupos domésticos também se relacionam com os diferentes espaços: privado e público; económico, social e político (Friedmann, 1996). Relacionam-se no mercado, na compra e venda de bens e serviços, e com o Estado, no que respeita à redistribuição através de serviços, apoios sociais, etc.

Um outro aspeto relevante é a finalidade das atividades domésticas, que não visa a acumulação ilimitada, mas principalmente a sustentação, manutenção e melhoria das condições de vida dos grupos domésticos (Friedmann, 1996). Nestas atividades pode-se enquadrar a domesticidade, ou seja, a produção para autoconsumo, sendo que, na análise económica da família as atividades relacionadas com a sobrevivência e também aquelas que se relacionam com reprodução tendem a ser encaradas como não produtivas (Coelho, 2014).

A eficiência económica de toda e qualquer unidade é preconizada pelo modelo capitalista, nomeadamente a dos grupos domésticos. Grupos estes, que maioritariamente, continuam

situados na economia *substantiva* de Polanyi ou na *real* de Tourraine, nas quais as relações sociais continuam a ser determinantes nas condições reais de vida dos indivíduos e das suas famílias.

2.3.2. Manutenção do grupo doméstico

O trabalho de manutenção de um grupo doméstico e de produção da sua vida diária depende das características materiais do trabalho, das diferentes relações sociais instituídas e da percepção de classe e dos grupos sociais (De Vault, 1991 cit. in Cappellini, et al., 2014)

A obtenção de rendimento que permita fazer face às suas necessidades materiais é uma componente essencial para a vivência de qualquer indivíduo ou grupo doméstico onde esteja inserido. Decorrente do processo de industrialização, a produção foi sendo separada dos grupos domésticos (Smith, et al., 1992), transitando este de uma unidade produtiva para uma unidade assalariada. A principal fonte de rendimento monetário passou a ser o salário proveniente do trabalho realizado fora do espaço doméstico.

Os autores Smith e Wallerstein (1992) apresentam uma tipologia dos rendimentos dos grupos domésticos:

- Os salários relativos a trabalho maioritariamente realizado fora de casa, remunerado de acordo com as horas de trabalho. Ou realizado no espaço doméstico e remunerado pelo número de itens;
- Os lucros decorrentes da venda no mercado de bens, por exemplo, produzidos no espaço doméstico, ou de serviços, sendo esta categoria menos explícita.
- As rendas, relativas ao benefício de direitos de propriedade de imóveis ou de capitais financeiros;
- As transferências, do Estado através de apoios sociais ou pensão de reforma, assim como transferências privadas relacionadas com a família que se imiscuem com relações de reciprocidade;

- E os rendimentos de subsistência, categoria de mais difícil definição, respeita a atividades relacionadas com a domesticidade, nas quais enquadram, entre outras, a caça, a coleta de alimentos, a agricultura, a preparação das refeições, a manutenção da habitação e do vestuário.

Nas tipologias apresentadas misturam-se os espaços formais e informais da economia, assim como as relações de reciprocidade e as obrigações sociais.

Todos os grupos domésticos estão sujeitos aos períodos de expansão e à contração da economia global. De todos os grupos domésticos, são aqueles que mais dependem dos salários os que menor flexibilidade têm para se ajustar às variações dos ciclos económicos (Smith, et al., 1992).

No quadro de análise deste estudo, importa não só entender os tipos de rendimento de cada grupo doméstico, mas também a forma como é realizada a gestão do rendimento face aos gastos e ao bem-estar do grupo. Esta intitula-se gestão financeira familiar, ou doméstica.

A tomada de decisão dentro dos grupos domésticos conjuga interações complexas e representa um espaço de expressão dos papéis sociais de género (Coelho, 2014). A noção tradicional do homem enquanto o elemento provedor de sustento, as atividades domésticas serem consideradas como *não produtivas*, a perceção do bem-estar individual e da família são alguns dos tópicos que podem ser discutidos neste âmbito.

Em Portugal,

Embora o modelo de duplo emprego a tempo inteiro se tenha tornado claramente prevalecente (...), e haja evidência de crescente participação masculina nas tarefas domésticas, os papéis tradicionais de género mantêm-se atuantes, fazendo recair sobre as mulheres uma parcela desproporcional do trabalho doméstico e de cuidado às pessoas. (Coelho, 2014 p. 94).

Jan Pahl e Carolyn Vogler construíram uma tipologia de modos de gestão e controlo das finanças familiares que se constituiu num instrumento de referência no âmbito do estudo dos comportamentos económicos das famílias: a mesada para governo da casa, a gestão

integral pela mulher, a gestão integral pelo marido, a gestão conjunta - gestão conjunta parcial e a gestão independente (Vogler, et al., 1993).

O sistema de alocação apresentado pelas autoras têm como determinantes a relação dos elementos do grupo doméstico com o mercado de trabalho (casais com duplo emprego, ou só um dos elementos trabalha), o seu nível de escolaridade (o nível de partilha de recursos e responsabilidades tende a aumentar proporcionalmente aos níveis de escolaridade), a divisão doméstica do trabalho, as atitudes normativas relativas aos papéis de género e a socialização parental (influência do modelo utilizado pelos pais) (Vogler, et al., 1993).

Baseado nesta tipologia foi realizado um estudo a casais portugueses, que concluiu que a maioria dos agregados domésticos realiza uma gestão conjunta dos recursos. Mesmo sendo esta parcial ou imperfeita, representa 64,4% dos agregados estudados. As modalidades de gestão integral por um dos elementos do agregado representa 29,5%, sendo em maior número os agregados com gestão integral masculina. A gestão integral pela mulher e a modalidade de mesada tendem a estar associadas a famílias com rendimentos e gastos mais reduzidos (Coelho, 2014).

Capítulo 3 – Mulheres: estratégias familiares e individuais

3.1. Definição de estratégia

O conceito de estratégia disseminou-se nas ciências sociais, sendo a sua utilização um assunto controverso a nível académico por diversos motivos, entre os quais a sua origem militar, mas principalmente pelo carácter consciente e racional atribuído à tomada de decisão, implementada numa perspetiva de longo-prazo (Crow, 1989; Arteaga, 2007; Medina, et al., 2010). A sua crescente utilização reflete de alguma forma a sua utilidade na pesquisa social, ao mesmo tempo que demonstra que não é um conceito uniforme (Crow, 1989)

Estratégia pode ser definida como a *ação racional de um ator, na escolha de recursos alternativos pela sua adequação a objetivos futuros* (Medina, et al., 2010 p. 14). Para constituir uma estratégia assumem-se como requisitos a existência de recursos táticos, de objetivos estratégicos a longo prazo e previamente definidos, a existência de um contexto incerto e a presença e interação de outros atores estratégicos externos (Medina, et al., 2010).

Não existe, contudo, consenso no que respeita à relação entre estratégia e racionalidade.

Na perspetiva de Pierre Bourdieu (1988), noções como *habitus* ou *estratégia* são utilizados no sentido de sair do objetivismo estruturalista, ou seja, é reconhecido o papel dos atores sem cair em subjetivismo. Procurando um equilíbrio, o autor assume que a estratégia pode não ser vista como produto de um programa inconsciente, não significando por isso que seja produto de um cálculo consciente e racional.

Na abordagem de *estratégia* deste autor, a noção de *habitus* é fulcral no sentido em que este é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um *campo* (Bourdieu, 1988), ou seja, como *instância mediadora entre as características estruturais da sociedade e as estratégias dos atores* (Molina, 2006 p. 70). O *habitus* é produto de toda a história individual, de toda a história coletiva da família e também da classe social.

O conceito de *estratégia* é questionado relativamente à ação racional implícita, designadamente, se os atores das estratégias têm objetivos explícitos, intencionais e se estão conscientes dos mesmos.

Também existem diferentes abordagens de acordo com os próprios atores das estratégias. O conceito pode ser adotado a um nível individual, grupal ou até mesmo ao nível dos países. Neste último caso é utilizado a um nível muito abstrato quando aplicado a programas e políticas governamentais (i.e. estratégias contra a pobreza) (Crow, 1989 p. 3).

No que concerne aos grupos domésticos, a discussão prende-se na questão se as estratégias destes podem ser analisadas num todo, constituindo-se num ator coletivo tal como na teoria económica. Os grupos domésticos são compostos por indivíduos cujos interesses e ações podem não coincidir, e a estratégia implementada pode não representar o interesse de todos os elementos (Crow, 1989; Wallace, 2002). Esta questão levanta-se particularmente quando se trata da divisão do trabalho e dos papéis de género. A análise das estratégias dos grupos domésticos tende também a omitir o contributo dos elementos que não compõem a estrutura nuclear (Wallace, 2002; Molina, 2006).

O termo *estratégia* é utilizado em diversas abordagens relativamente às famílias, e principalmente famílias e/ou elementos destas em situação de pobreza. Existem estudos sobre estratégias de sobrevivência (*survival strategies*) ou de subsistência (*livelihood strategies*), estratégias femininas (*women strategies*), estratégias de coping (*coping strategies*), entre outras.

Independentemente das críticas, o conceito de estratégia é aplicado aos grupos domésticos, designando-se como estratégias familiares (*household strategies*). Há quem defenda que apenas alguns grupos têm estratégias (Anderson et al., 1994 cit. in Wallace, 2002). Outros autores reconhecem-nas em todos os grupos domésticos (Pahl et al., 1985 cit. in Crow, 1989).

3.2. Estratégias familiares

O conceito de *estratégia familiar* é recente, porém a sua utilização disseminou-se, estendendo-se a diferentes campos das ciências sociais na análise dos comportamentos das famílias: demográfico, social e económico (Engelen, et al., 2004; Medina, et al., 2010). A utilização do conceito deve estar enquadrada em contextos de mudança social (Gershuny, et al, 1979 cit. in Wallace, 2002)

Felix Acosta (2003, cit. in Molina, 2006) define quatro âmbitos da utilização de *estratégia familiar*. Nomeadamente, no estudo da relação entre as classes sociais e as características das estratégias; na análise das estratégias como mecanismos de sobrevivência e de reprodução dos grupos domésticos no meio rural e urbano; na análise entre a estrutura e a organização interna dos grupos e a segmentação do mercado de trabalho urbano (recorrendo aos contributos da antropologia social); e no domínio da história da família.

As estratégias familiares também podem moldar o contexto, em vez de apenas serem moldadas por este (Wallace, 2002) e podem ser definidas como:

Atribuições de recursos humanos e materiais a atividades, relacionadas entre si por parentesco (consanguinidade e afim), com o objetivo de maximizar a sua aptidão para adaptar-se aos ambientes/ contextos materiais e sociais (Medina, et al., 2010 p. 15).

A utilização do conceito de *estratégias familiares* iniciou-se nos estudos das realidades da América Latina e África (Wallace, 2002), sendo mais especificamente aplicado aos estudos de desenvolvimento que têm em conta as políticas de ajuste estrutural e os efeitos destas ao nível da pobreza (Torrado, 1982; Arteaga, 2007). A autora Susana Torrado recorre a *estratégias familiares de vida* em detrimento de *estratégias de sobrevivência*, definindo-as enquanto comportamentos relacionados com a constituição e manutenção das unidades familiares que permitem assegurar a sua reprodução biológica, preservar a vida e desenvolver todas as práticas económicas e não económicas indispensáveis para a otimização das condições materiais e não materiais de existência do grupo doméstico e de cada um dos seus membros (Torrado, 1982).

O conceito é operacionalizado nas seguintes dimensões: constituição da unidade familiar, que se refere à formação, extensão/alargamento e dissolução de uniões conjugais;

reprodução, ou constituição da descendência; preservação da saúde e da vida; socialização e educação dos filhos; obtenção e afetação de recursos para a subsistência (inclui a divisão do trabalho e a organização do consumo); migrações laborais; localização residencial; coresidência, no compartilhar a habitação com parentes não nucleares ou não parentes; e a participação nas redes de cooperação extrafamiliares (Torrado, 1982).

No que concerne à organização do consumo, um estudo italiano explora as estratégias dos elementos femininos de famílias de classe média face à recente crise económica. Conclui, afirmando que são estas que mais sacrificam as suas necessidades face às dos restantes elementos do agregado doméstico. As autoras utilizam a designação *work of coping* para analisar o ajustamento do consumo das famílias que procuram ao máximo manter os padrões de vida que tinham antes da crise. O *work of coping* disponibiliza às mulheres um importante recurso para a sua identidade enquanto mães e parceiras na construção da família (Cappellini, et al., 2014).

Também no contexto da crise económica global, uma análise das estratégias de pessoas com baixos rendimentos, em 17 países em vias de desenvolvimento, durante o período 2008-2011 focou-se nas respostas de curto-prazo (e não as de adaptação à mudança estrutural). Identificou que as redes de segurança tradicionais (familiares, amigos e grupos de ajuda mútua) tornaram-se ineficazes à medida que a crise avançou. Face a uma inadequada proteção social formal do Estado, a segunda fase das estratégias de *coping* originou um aumento da competição no setor informal. (Heltberg, et al., 2012)

Os autores deste estudo recorrem, por sua vez, aos conceitos de *resiliência* ou estratégias de ajustamento para choques de curto-prazo, e de *coping* enquanto comportamentos de curto-prazo adotados em situação de *stress*, neste caso económico (Heltberg, et al., 2012).

As estratégias implementadas a curto prazo são assim denominadas por estratégias de *coping* (Engelen, et al., 2004) e podem existir em duas vertentes: a do consumo e a dos rendimentos. Ao nível da alocação do trabalho nos grupos domésticos procura-se conhecer de que forma os indivíduos adaptam as suas atividades às dos restantes elementos da família e às oportunidades económicas de forma a assegurar um rendimento adequado (Engelen, et al., 2004).

Estratégia é o conjunto de práticas adotadas individual ou coletivamente pelos elementos do grupo doméstico (Pahl, 1985 cit. in Crow, 1989). As estratégias podem incluir práticas isoladas ou uma combinação de práticas. Estas compreendem o aumento da oferta da força de trabalho na economia através da entrada das mulheres no mercado de trabalho ou da acumulação de trabalhos por parte dos elementos do grupo doméstico, assim como do recurso à economia informal; o aumento da produção própria ao nível alimentar ou da prestação de alguns serviços, como o cuidar de crianças ou pessoas idosas; o recurso a sistemas de pagamento nos negócios locais (i.e. mercearia de bairro) ou a outro tipo de endividamento; e o aumento das transferências privadas, realizadas por elementos da família, ou públicas, apoios sociais providenciados através de subsídios ou em géneros (Arteaga, 2007).

A organização de vários recursos formais, informais e de divisão do trabalho doméstico pode ser considerada evidência da existência de uma estratégia, tendo sido esta planeada conscientemente, ou não (Wallace, 2002).

Segundo alguns autores, no âmbito dos estudos de desenvolvimento e numa análise macro social, os comportamentos inerentes às estratégias familiares estão condicionados à posição em que os grupos domésticos têm no sistema de estratificação social, ou seja, à classe e estrato social dos grupos domésticos (Torrado, 1982).

A um nível micro, as decisões associadas às estratégias podem estar relacionadas com *forças externas* do capitalismo, mas também podem ser consequência de escolhas ativas, como produzir os próprios bens e serviços em casa como uma atividade criativa (Pahl, 1988 cit. in Wallace, 2002).

As estratégias familiares são também diferenciadas por género. Não só porque as mulheres em períodos de *stress* implementam estratégias diferentes das dos homens (Laier, et al., 1996), mas também porque a importância das estratégias familiares aumenta com a entrada das mulheres no mercado de trabalho (Wallace, 2002).

O contributo das mulheres nas estratégias familiares pode confundir-se com estratégias individuais, pois a vida das mulheres nem sempre é subordinada ao grupo doméstico e as suas decisões podem não representar o interesse deste. As mulheres podem recorrer a

diversas estratégias, porém a sua escolha e o poder para determinar a importância destas na sua própria vida é restrita (Yeandle, 1984 cit. in Crow, 1989).

Segundo Molina, a riqueza do conceito de estratégias familiares reside *no caráter não premeditado dos processos sociais, abertos à multiplicidade de respostas que os atores e atrizes são capazes de gerar face a um conjunto de condicionamentos* (Molina, 2006 p. 71). Estes processos incluem uma interação do económico com fatores culturais (Engelen, et al., 2004)

Claire Wallace (2002) apresenta *estratégias familiares* em três vertentes, enquanto conceito, método de análise e unidade de análise. Neste estudo, *estratégia* e *estratégia familiar* são utilizados enquanto conceitos de referência para a análise da investigação, no âmbito das iniciativas informais implementadas por mulheres, com vista à obtenção de recursos.

Uma vez que a análise de estratégias relacionadas com o trabalho pode efetivamente ser realizada através de uma perspetiva individual ou coletiva (Crow, 1989), as iniciativas estudadas poderão também ser enquadradas no domínio dos respetivos grupos domésticos, enquanto estratégia familiar.

3.3. A informalidade enquanto instrumento estratégico

A economia informal é um território extremamente vasto que engloba em si uma diversidade de práticas que podem ser diametralmente opostas. Num dos extremos podem ser identificadas iniciativas meritórias na criatividade e na busca da melhoria das condições de vida, no outro extremo sobrepõem as atividades que evidenciam total desrespeito pela dignidade humana.

Por se reportar a fenómenos tão diferentes uns dos outros, agregá-los conceptualmente é rotulá-los com uma conotação negativa, não pelo que são, mas pelo que não são (Bagnasco, 1990). Assim sendo, devido à multiplicidade de formas que a economia informal assume na sua concretização prática torna-se um fenómeno difícil de balizar e

que pode ser equivalente e/ou estar enquadrado em outros conceitos como a *economia escondida*, *economia paralela*, *economia subterrânea*, *economia não registada*.

De acordo com a OIT,

A economia informal refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006 p. 7) .

A informalidade *é principalmente uma questão de governação* (OIT, 2006 p. 10) e as suas fronteiras variam de acordo com os diferentes contextos e circunstâncias históricas (Castells, et al., 1989). O seu crescimento é diretamente proporcional ao processo de formalização da economia, mantendo uma estreita relação com a economia formal⁴ (Castells, et al., 1989; Bagnasco, 1990). Uma característica presente na sua multiplicidade de manifestações é a ausência de proteção social dos trabalhadores envolvidos (OIT, 2006).

A informalidade é considerada um processo de geração de rendimento com uma característica central: não ser regulada pelas instituições da sociedade (Castells, et al., 1989).

Numa abordagem menos frequente, a informalidade pode ser observada da perspetiva do empreendedorismo e, neste sentido, as atividades desenvolvidas, embora ilegais, *mantêm a sua legitimidade para parcelas da sociedade que representam partes interessadas*⁵ *de um empreendedor* (Webb, et al., 2013 p. 600). O recurso à informalidade pode representar uma etapa que *faz parte do “cenário de fundo” que o contexto português apresenta a qualquer empreendedor/a, imigrante ou não, na altura de iniciar um empreendimento* (Malheiros, et al., 2010 p. 156).

Diferentes estudos relacionam a economia informal com períodos de crise económica e de aumento do desemprego (Castells, et al., 1989). Em situações de implementação de programas de ajustamento estrutural, em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, é evidenciada a importância da economia informal na melhoria das

⁴ Ver Anexo D

⁵ Em inglês *stakeholders*

condições de vida das famílias. A perspectiva ocidental, por sua vez, remete a economia informal para um *fenómeno marginal, ilícito, mesmo um fenómeno a combater* (Frias, 2006).

É neste sentido que, no contexto brasileiro, os autores diferenciam a economia informal da economia popular, sendo esta última aquela que visa em primeira instância a melhoria das condições de vida da população.

A informalidade pode estar associada à precariedade laboral e às condições do mercado de trabalho do contexto económico vigente, não constituindo um fenómeno local, mas sim global com diferentes expressões de acordo com as circunstâncias em que ocorre. É também uma temática muitas vezes associada às populações migrantes, e um campo analítico onde os dados não permitem identificar as desigualdades de género (Malheiros, et al., 2010).

Embora a *economia informal não seja um eufemismo para pobreza* (Castells, et al., 1989 p. 12) pode representar um recurso disponível para alcançar resultados no bem-estar individual dos seus intervenientes e das suas famílias, nomeadamente, na criação de um complemento de rendimento. Nesta perspectiva, pode-se considerar que *o acesso às oportunidades da economia informal é largamente condicionado pelos laços sociais de amizade, parentesco e comunitários* (Slack, 2007 p. 28).

No que concerne às atividades associadas a estratégias de melhoria das condições de vida das famílias, a economia informal pode ser identificada como uma *almofada social* (Afonso, 2014). Porém, ainda que no contexto de países em desenvolvimento, a realidade demonstra que a economia informal não representa efetivamente um amortecedor face à crise económica com início em 2008, uma vez que a procura diminuiu e a oferta aumentou (Horn, 2011).

O presente estudo não pretende observar a informalidade numa perspetiva institucional, nem legal, mas sim enquanto instrumento de referência num conjunto de estratégias utilizadas por mulheres para melhorarem as suas condições de vida e as das suas famílias (Frias, 2006) atendendo a que

É a partir dessas transações que para além de conseguirem melhorar a sua situação económica (e a da família), muitas mulheres acabam por surpreender-se corajosas e capazes para lidarem com um conjunto de constrangimentos de base económica, pessoal e sociofamiliar (Frias, 2006 p. 57).

Parte II

Capítulo 4 – A pesquisa e a metodologia

4.1. Métodos de pesquisa

O objetivo dos investigadores em ciências sociais é estudar compreender fenómenos sociais, situações que se constata na comunidade próxima, mantendo o distanciamento necessário ao seu entendimento. Para este efeito, quando importa recolher dados estes devem ser significativos pelo que a definição da metodologia revela-se uma etapa fulcral no processo de investigação, identificando a adequabilidade da metodologia definida para a pesquisa a face ao objeto de estudo.

O presente estudo visa constituir-se num contributo para a compreensão das estratégias implementadas pelas mulheres de algumas famílias, em contexto de crise económica e de austeridade. Pelos dados recolhidos no trabalho de terreno pode-se considerar que essas estratégias podem ser mais ou menos conscientes, ou seja, nem sempre são reconhecidas enquanto tal por parte das intervenientes.

A opção de estudar as estratégias implementadas por mulheres prende-se com o facto de estas serem importantes agentes na manutenção e melhoria das suas condições de vida e dos seus grupos domésticos. Em paralelo, representam um dos grupos reconhecidamente mais vulneráveis aos efeitos das crises em geral, e, neste caso, das medidas de austeridade.

As estratégias são aqui enquadradas numa perspetiva coletiva, assumindo que todos os grupos domésticos desenvolvem estratégias de defesa e/ou autopreservação (neste caso económica), independentemente de estas serem ou não racionais face a um objetivo a prazo, e consensuais entre os seus elementos. O denominador comum é o carácter informal das iniciativas desenvolvidas pelas mulheres referidas no estudo.

Nesta observação conjugam-se situações *escondidas* como o recente empobrecimento das famílias e a informalidade das iniciativas que são implementadas pelas mulheres, remetendo para a necessidade de *uma descrição e compreensão detalhada dos meios através dos quais os sujeitos empreendem ações significativas e criam um mundo seu (e dos demais)* (Moreira, 2007 p. 49). Ou seja, uma abordagem qualitativa.

As limitações desta abordagem prendem-se principalmente com a dificuldade (ou impossibilidade) de replicar o estudo e com a restrição da sua representatividade (Bryman, 2004). Porém, permite uma análise centrada na compreensão de um determinado contexto, atendendo ao ponto de vista dos participantes, bem como uma focalização do processo em estudo e dos seus resultados (Bryman, 2004; Heltberg, et al., 2012).

A origem do tema de pesquisa surgiu do terreno, ou seja, da constatação empírica da existência destes pequenos negócios informais realizados por mulheres. Transitou-se da observação do terreno para uma conceptualização teórica, relacionando-os com o conceito de estratégias familiares no que respeita ao trabalho e à obtenção de rendimentos.

A entrevista semiestruturada foi o método selecionado para conhecer o percurso individual de cada mulher e das suas iniciativas, procurando *que o interlocutor se exprima o mais livremente possível e forneça as informações mais completas e precisas sobre o assunto* (Albarello, et al., 2011 p. 86).

Foram previamente definidos objetivos e tópicos a abordar⁶, por igual, durante as entrevistas garantindo a existência de uma linha orientadora na flexibilidade da entrevista, bem como a uniformização do instrumento de pesquisa.

Estes tópicos foram:

- a) Percursos individuais: origem e motivação, processo de identificação do negócio, redes de suporte;
- b) Apresentação do negócio: produto, distribuição, preço, contributo do lucro no orçamento doméstico;

⁶ Ver Anexo E – Entrevista Semiestruturada

- c) Grupo doméstico: composição e situação face ao emprego dos seus elementos;
- d) Contexto de crise: perspetiva pessoal alterações nas condições de vida do grupo doméstico;
- e) Perspetivas face ao futuro: Individual, grupo doméstico e do negócio;
- f) Economia plural: interdependência, rede de relações sociais, reciprocidade, dádiva.

A escolha deste tipo de entrevista justificou-se pela necessidade de um instrumento de recolha de dados uniforme, mas com flexibilidade suficiente para enquadrar os diferentes cursos das explanações, a diversidade de entrevistadas e as situações que nos eram de antemão desconhecidas.

Em relação à amostragem deste estudo, optámos por uma amostra por conveniência. Este tipo de amostragem é utilizada com alguma frequência na investigação social e definida em virtude da *acessibilidade do investigador aos entrevistados* (Bryman, 2004 p. 100).

O universo a que a amostra do estudo pertence não é conhecido, ou seja, não existem dados que nos permitam saber o número de mulheres a desenvolver pequenos negócios informais, de base doméstica. Por outro lado, também não é possível estabelecer um percurso uniforme de acesso a estas mulheres.

Assim, reconhecendo os riscos elevados, nomeadamente ao nível da representatividade da amostra esta foi definida à medida que iam sendo identificados os negócios-alvo, na região de Lisboa e Vale do Tejo. Tem-se pois consciência de que:

Os dados obtidos não permitem gerar conclusões definitivas, (...), mas podem fornecer um trampolim para futuras pesquisas ou permitir ligações, para serem trabalhadas, com resultados já existentes numa determinada área (Bryman, 2004 p. 100).

Em paralelo a todo o processo de investigação, e de forma contínua, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que representa uma componente essencial em qualquer o processo de investigação, uma vez que a teoria permite *tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações* (Moreira, 1994 p. 19). A pesquisa bibliográfica teve como objetivo identificar e explorar os conceitos-chave e acessórios,

procurando por meio da sua operacionalização o melhor apoio conceptual para este trabalho.

Considerou-se importante explorar conceitos como pobreza e desigualdade, pela sua relação com o contexto de crise económica e de austeridade, reconhecendo que a crise e as medidas de austeridade vieram acentuar aspetos de uma realidade que já se vinham a manifestar antes deste período, como por exemplo, o desemprego.

Embora as mulheres sejam as intervenientes principais desta investigação, optou-se por apresentar uma conceptualização de grupo doméstico e das suas dinâmicas, identificando o contributo dos elementos femininos na gestão e manutenção desta unidade social.

O conceito de estratégias foi explorado atendendo à multiplicidade de significados que lhe é conferido e à crítica à sua sobre-utilização. A informalidade, por sua vez, é observada enquanto instrumento das estratégias disponíveis aos grupos domésticos no domínio do trabalho e obtenção de rendimentos,

Para esta pesquisa contou-se também com a exploração de bibliografia disponível na biblioteca do ISCTE, mas também recorrendo a recursos disponibilizados por plataformas *online*, como a Biblioteca do Conhecimento Online ou pelas páginas de internet de organizações oficiais como, por exemplo, o Instituto Nacional de Estatística, onde se encontraram dados úteis para descrever o cenário deste estudo.

4.2. Pergunta de partida e hipóteses do estudo

Com este estudo, de natureza exploratória, pretende-se conhecer e compreender melhor o fenómeno dos negócios informais femininos, de base doméstica e prática recente, relacionando-os com a atual conjuntura socioeconómica.

Dada a necessidade de delimitar espacialmente a pesquisa, definiu-se como abrangência geográfica deste estudo a região de Lisboa e Vale do Tejo, por uma questão de proximidade ao investigador. Por outro lado, considera-se que a relação entre a informalidade e a economia urbana tende a estreitar-se face ao contexto socioeconómico.

Verificou-se igualmente a pertinência de estabelecer limites temporais às datas de origem dos negócios informais, permitindo contextualizá-los no período de crise económica e de austeridade. Para o efeito, consideraram-se os negócios com início posterior ao ano de 2011, representando o início do programa de ajustamento.

Atendendo ao interesse despertado pelo objeto de pesquisa e às diferentes possibilidades de análise do mesmo, foi necessário definir um fio condutor que permitisse focar o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, a pergunta de base a este processo é a seguinte:

No contexto de crise económica e de austeridade, qual a importância dos negócios informais, de base doméstica, para as mulheres que os desenvolvem e para os seus grupos domésticos?

A fim de procurar respostas, definiram-se duas hipóteses, que se consideraram como elementos auxiliares para a melhor compreensão do fenómeno. Estipularam-se as seguintes hipóteses passíveis de verificação:

H1 - As razões que originam a implementação dos negócios informais de base doméstica estão diretamente relacionadas com as consequências da crise económica e da austeridade.

H2 – Os negócios informais, de base doméstica, são efetivamente uma almofada económica face aos constrangimentos económicos que os grupos domésticos enfrentam.

Um melhor contacto com o terreno originou ajustes nas hipóteses do estudo pois, ao longo do percurso de investigação, o terreno pode desencadear novas hipóteses. Aceitou-se o facto de que as hipóteses podem ser alvo de rearranjos e que podem ser exploradas novas dimensões do objeto (Albarello, et al., 2011) .

4.3. O percurso da pesquisa

Em novembro de 2014, após a definição do âmbito desta pesquisa, iniciou-se o processo de identificação e contacto com mulheres que tivessem pequenos negócios informais, de base doméstica. De novembro de 2014 a julho de 2015 entrevistaram-se 10 mulheres com percursos e motivações muito diferentes.

Numa primeira fase, a comunicação do tema da tese a pessoas conhecidas representou um passo importante. No entanto, esta comunicação não era linear, pois não se dispunha de uma informação concreta sobre o objeto de estudo.

Tendo em mente que, como posteriormente se veio a confirmar, o *boca-a-boca* é um sistema muito utilizado e importante no âmbito destes negócios, começou-se por perguntar a amigos, familiares, conhecidos e colegas de trabalho se conheciam mulheres que tivessem negócios informais relacionados com culinária, costura, artesanato, etc. Em caso afirmativo, era colocada uma segunda sobre há quanto tempo existia essa atividade.

Através de amigos, colegas de trabalho e conhecidos, foram estabelecidos contactos para realizar cinco entrevistas: Helena, Maria, Leonor, Antónia e Luísa⁷.

A percorrer as ruas e estabelecimentos de Lisboa, viriam a ser identificadas Carolina, Eduarda e Cândida.

O contacto com Carolina foi estabelecido após se ter visto um pequeno cesto com bolachas caseiras à venda na entrada de um cabeleireiro que funciona no domicílio da proprietária. Foi retirado o contacto de uma das embalagens.

Eduarda vende numa feira, de forma escondida, entre as bancas oficiais. Para chegar até ela foi necessário estabelecer contacto com uma das feirantes que a conhecia, pois costuma comprar-lhe as refeições.

⁷ Os nomes utilizados são fictícios e não correspondem aos nomes das entrevistadas.

Cândida, por sua vez, vende na entrada de estações de metro. Após várias tentativas para a reencontrar, a conversa realizou-se nos degraus da entrada de uma das principais estações de metro da capital.

Emília e Ana são pessoas conhecidas, da licenciatura e do local de trabalho, a quem foi perguntado se conheciam alguém que se pudesse enquadrar no estudo. De imediato se prontificaram para dar uma entrevista.

Outras ações foram realizadas no sentido de identificar mulheres que se enquadrassem no quadro deste estudo, considerando-se pertinente mencionar algumas.

Foi estabelecido um contacto via Facebook com uma mulher notoriamente ativa numa página de trocas, com o objetivo de compreender se a participação nestes sistemas se enquadraria no âmbito do estudo. Foi demonstrada disponibilidade para participar no estudo via Facebook, mas as respostas não chegaram a ser devolvidas.

Durante uma manhã, percorra-se dois bairros de Lisboa: Bairro de Boavista e Alto da Ajuda. Encontraram-se mulheres que vendiam à porta de suas casas, ou em pontos de convergência do bairro. Vendiam ovos e fruta. Contudo, eram atividades que já desenvolviam há muitos anos: *desde que nasci* – referiu uma das jovens mulheres.

Deste percurso há aspetos a realçar. O facto de que a existência de um intermediário é um elemento que confere segurança à entrevistada, ao investigador e ao processo de entrevista. Existe um nível de confiança previamente estabelecido.

Outro aspeto é que, embora estivessem definidos os tópicos a abordar, a experiência no terreno demonstrou que cada entrevista acaba por seguir o seu próprio rumo. Este é determinado por diferentes fatores, tais como a forma como é exposto o estudo, o à vontade do entrevistado, mas também a capacidade do entrevistador de se manter focado e confiante a fim de não se dispersar e distanciar-se da pesquisa (Frias, 2006).

Um último ponto a realçar é que fatores associados ao entrevistador e ao contexto em que se realiza a entrevista influenciam o desenvolvimento desta e os dados que dela possam ser recolhidos desta. Entre estes fatores encontram-se a confiança do entrevistador e a capacidade de ajustar as formas de comunicação, mas também o facto de todas as

entrevistas se terem realizado em espaços públicos. Procurou-se minimizar estas variáveis, mantendo a consciência de que a sua total eliminação é impossível num processo de investigação deste domínio.

Nem todas as entrevistas ficaram registadas através de gravador de voz, pois nem todas as entrevistadas se sentiram à vontade e deram para tal o consentimento. Em todos os contactos ficou salvaguardado o anonimato das entrevistadas através da utilização de nomes falsos e da não referência de outros dados passíveis de identificar a pessoa em questão, tais como o nome do negócio, quando existente.

A amostragem por conveniência, e a conseqüente diversidade de percursos de acesso às entrevistadas gerou uma amostra composta por pessoas de diferentes contextos sociais, económicos e culturais. Este tipo de amostragem permitiu, por um lado, expor a generalização dos efeitos da crise, para além dos meios em que as pessoas se inserem. Por outro, revelou-se um impedimento numa análise conjunta das situações, até porque no que respeita a grupos domésticos de baixos rendimentos é difícil identificar o que são respostas à pobreza crónica e outras formas de lidar com a crise (Heltberg, et al., 2012).

Capítulo 5 – *A mulher chega à frente*⁸

5.1. Apresentação dos dados recolhidos

Foram entrevistadas dez mulheres, sendo privilegiados os dados recolhidos através de apenas seis das entrevistadas. Isto porque, Leonor, Antónia e Cândida já realizavam os negócios informais no período anterior à crise. Emília recorreu às limpezas domésticas de âmbito informal, não sendo considerado um negócio de produção de base doméstica. No entanto, os seus testemunhos são também um contributo neste estudo a ser mencionado neste capítulo.

Por forma a otimizar a análise da informação recolhida, optou-se por proceder à sua sistematização nas tabelas que se seguem, encontrando-se todos os registos das entrevistas nos anexos deste estudo. A primeira apresenta algumas características dos grupos domésticos das mulheres entrevistadas.

Nº	Nome	Idade	Área de residência	Grupo Doméstico	Alteração das condições económicas recente	Rendimento
1	Helena	37 anos	Almada	Simplex Própria, marido e filha Casa própria	Desemprego em 2014	Subsídio de desemprego e salário do marido
2	Maria	42 anos	Marvila	Alargado Própria, mãe e filho Casa própria (da mãe)	Desemprego em 2012	Pensão da mãe, abono de família e pensão do filho. Subsídio de formação até agosto 2014
5	Carolina	47 anos	Lumiar	Solitário Casa própria	Desemprego em 2010	Indeminização da empresa por rescisão por mútuo acordo

Tabela 1- Grupos Domésticos

⁸ Expressão utilizada por Eduarda

Nº	Nome	Idade	Área de residência	Grupo Doméstico	Alteração das condições económicas recente	Rendimento
				Simple		
6	Eduarda	55 anos	Odivelas	Própria, marido, três filhas Casa arrendada	Desemprego do casal	Subsídio desemprego do marido, abono de família (?)
				Alargado		
7	Ana	56 anos	Lumiar	Própria, dois filhos e uma neta Casa arrendada	Desemprego em abril 2015 Salários em atraso	Salário trabalho filho. A partir de julho 2015, salário trabalho próprio
				Solitário		
10	Luísa	53 anos	Cascais	Casa própria	Desemprego em 2010	Subsídio de desemprego até 2014. RSI e apoio alimentar
				Alargado		
3	Antónia	74 anos	Almada	Própria, marido e neta	N/A	Pensões dos elementos do casal
				Simple		
4	Leonor	49 anos	Lisboa	Própria, marido e dois filhos	N/A	Salário proveniente do trabalho do casal
				Simple		
8	Emília	30 anos	Vila Franca de Xira	Própria e companheiro Casa própria	Desemprego em 2014	Salário companheiro. A partir de maio 2015, salário próprio
				Grupo sem estrutura familiar		
9	Cândida	84 anos	Alvalade	Quarto arrendado	N/A	Pensão

Tabela 2 - Grupos Domésticos (continuação)

A tabela seguinte apresenta os detalhes relativamente aos negócios informais desenvolvidos.

Nº	Nome	Negócio/ Atividade	Início	Motivo	Lucro
1	Helena	Confeção de bolos decorados	Maio 2013	Instabilidade da empresa não permitia comprar o bolo de aniversário para a filha. Decidiu ser ela a fazê-lo e partir daí começou a fazer para família e amigos, posteriormente a vender.	Para extras – tatuagens e tablet
2	Maria	Confeção de bolsas diversas com tecido	Agosto 2014	Procura de trabalhar por conta própria. <i>Nunca pensei costurar</i>	Contas da casa desde novembro 2014
5	Carolina	Confeção de bolachas	Agosto 2013	<i>Eu quero uma coisa que vá construindo. Acho que nunca tinha feito bolachas antes.</i>	Investimento no negócio
6	Eduarda	Confeção de comida – snacks e refeições	<i>Há pouco tempo (2014?)</i>	Já conhecia a feira e tentou vender banana frita. Como resultou, continuou. <i>Vou ver se eles gostam.</i>	<i>Para remediar e ajudar</i> Sapatos, roupa e outros itens para as filhas
7	Ana	Confeção de doces e salgados	Abril 2015	<i>Já fazia, mas não era por precisar. Em abril comecei a fazer porque precisava. Eu gosto de fazer.</i>	<i>Comprar o gás e coisas do dia-a-dia.</i>
10	Luísa	Várias: Artesanato, limpezas, tomar conta de idosos e crianças	Artesanato 2014 Limpezas 2013	<i>Se há dificuldades na vida a pessoa tem de as assumir.</i>	Para as despesas no geral
3	Antónia	Confeção de doces e salgados	?	Sempre cozinhou a vida toda, vendeu para fora sempre	Para viver sem tocar nas poupanças

Tabela 3 - Negócios informais

Nº	Nome	Negócio/ Atividade	Início	Motivo	Lucro
4	Leonor	Bijuteria e costura	2004	Gosto por costura e necessidade de ser criativa	O primeiro negócio permitiu metade do montante para comprar um carro em 2ª mão
8	Emília	Limpezas	Junho 2014	Porque ganhava mais à hora. <i>Foi uma questão de sustentabilidade</i>	Para pagar o empréstimo da casa
9	Cândida	Confeção de peças em croché e tricot	?	Precisa de vender os trabalhos pois a pensão é baixa. Também é importante porque se distrai.	Alimentação

Tabela 4 - Negócios informais (continuação)

A última tabela apresenta as perspetivas face aos percursos individuais, ao negócio e à situação socioeconómica do país.

Nº	Nome	Perspetivas futuras		
		Pessoal	Negócio	Contexto
1	Helena	Finalizar o 12º ano e tirar a carta de condução	Já pensou em formalizar, mas tem receio de sozinha não conseguir dar resposta às solicitações	O país vai ficar numa situação mais grave do que aquela em que se encontra
2	Maria	Encarar o desemprego como uma oportunidade.	Explorar esta possibilidade de negócio e dar <i>workshops</i>	<i>Isto ainda está muito mal. Há a oportunidade das pessoas irem fazer formação. Olhar de 2014 para 2010, eu acho que há uma melhoria.</i>
5	Carolina	Arranjar um trabalho part-time que dê para conjugar com o negócio	Formalizar o negócio. Licenciar a cozinha, trabalhar na marca	<i>Agora até se nota que as coisas estão a recuperar um bocadinho. Nota-se um aumento da oferta, mas as condições de trabalho baixaram muito</i>

Tabela 5 - Perspetivas futuras

Nº	Nome	Perspetivas futuras		
		Pessoal	Negócio	Contexto
6	Eduarda	<i>Eu tenho vontade de ter a minha coisa própria. Ter alguma coisa e ser independente.</i>	<i>Estou a ver se abro um restaurante</i>	<i>Eu não quero subsídios, eu quero trabalhar.</i>
7	Ana	Não identificado	<i>Enquanto surgirem encomendas é uma ajuda.</i>	Não identificado
10	Luísa	Integrar um mestrado em pós-laboral	Registrar a marca de artesanato e chegar a mercados mais específicos	<i>Tive num ano mais formações lá do que em cinco com o IEFP. (...) São estas organizações que fazem o trabalho do Estado.</i>
3	Antónia	O filho diz-lhe para ela deixar de trabalhar e usar as poupanças da vida. Antónia diz que não consegue, que vai trabalhar enquanto poder.		Não identificado
4	Leonor	Não identificado	Não identificado	Não identificado
8	Emília	Arranjar trabalho na área	Não se aplica pois foi uma situação temporária.	<i>Foi o não haver ofertas de trabalho na área que eu quero que me fez ir para um rumo completamente diferente.</i>
9	Cândida	Não identificado	<i>Se um produto meu vendesse muito, se calhar ia-me inscrever nas finanças para poder ter tudo legal.</i>	Não identificado

Tabela 6 - Perspetivas futuras (continuação)

5.2. Análise dos dados

5.2.1. Entre a crise e a austeridade: as mudanças no dia-a-dia

Os efeitos da crise económica e da austeridade são evidentes no grupo de mulheres que participou neste estudo, em particular, no que respeita à situação face ao emprego e obtenção de rendimentos.

Helena experienciou o processo de insolvência de uma importante empresa nacional. Até ter ficado desempregada, em 2014, a instabilidade da empresa levou a que alguns ordenados estivessem em atraso e fossem pagos em pequenas parcelas, não sabendo quanto iria receber no final de cada mês de trabalho.

Maria regressou a Portugal em 2010, tendo constatado que o valor médio da hora de trabalho era extremamente reduzido face ao valor mais baixo do Reino Unido.

Quando regresssei fiquei chocada com a diferença dos salários mínimos. Há 5 anos, eu ganhava perto de 12libras/hora. Não era o mais baixo, mas o mais baixo era 7 libras/hora. Chego cá e é 3€/hora. Eu digo “O quê?! Não acredito!”.

Carolina optou por chegar a um acordo com a empresa onde trabalhava há uma década, uma vez que não se encontrava satisfeita com o trabalho que vinha a desenvolver.

Mas era super desgastante, quer em horários, quer em pressão de objetivos. Portanto é um nível de chefia em que está tudo em cima. Foi difícil e estava bastante desgastada. Acabei por sair. Foi por mútuo acordo, juntaram-se as duas situações.

Eduarda chegou a ter o seu próprio café durante 8 meses, mas não resultou. Teve um trabalho para fazer a substituição de uma cozinheira que estava de baixa e continua a busca ativa de trabalho. No trabalho oferecido na última entrevista era necessário trabalhar ao domingo.

Uma mãe de família não pode trabalhar ao domingo. (...) Tenho três, menores. Sabe? Hoje em dia se não ficar de olho, você perde. (...) Se você não orientar, se você não estiver em cima, você perde.

Ana trabalhou durante 20 anos para uma família que em 2014 começou a deixar de pagar alguns dos ordenados. Quando perfez 10 meses sem ordenado, decidiu sair. Como não dispunha de informação, ao abandonar o local de trabalho perdeu o direito a indemnização. Apenas posteriormente contactou a Autoridade para as Condições do Trabalho.

Em abril fiquei desempregada, depois de 20 anos a trabalhar na casa de uma senhora. Saí de lá pois já tinha 10 meses de ordenado em atraso. Vinte anos lá e saí com uma mão à frente e outra atrás. Ela diz que eu sou uma ingrata.

Emília, em situação de desemprego, constatou dificuldade em encontrar trabalho na área da sua licenciatura. Luísa identifica a mesma dificuldade à qual acresce o fator da idade.

Foram identificados alguns constrangimentos do atual contexto económico-social. Entre estes encontram-se o valor do trabalho e a existência de poucos apoios sociais mencionado por Maria. A redução das condições de trabalho e o fator da idade na busca de trabalho foram identificadas por Carolina.

A importância da forma como se encara a situação de desemprego e os constrangimentos da atualidade foi mencionada por Maria e por Luísa.

No fundo, pode-se encarar o desemprego de 2 formas. Uma “ai que chatice estou desempregado, que horror”. Outra é vê-lo como uma oportunidade para outras coisas. Eu estou a encarar da segunda forma. Espero que dê! (Maria, 2015)

Muitas tomam comprimidos e estão deprimidas. Se ficar fechada em casa, de braços caídos nada acontece. Mas nem sempre é fácil, há alturas muito complicadas. (Luísa, 2015)

O desemprego pode ser uma oportunidade para investir na formação e aquisição de novas competências. Helena pretende terminar o ensino secundário e tirar a carta de condução. Maria procurou diversas formações financiadas na área da costura, integrando diferentes módulos. Carolina, após uma década a trabalhar intensivamente na empresa, menciona que a sua motivação era estudar, pois *estava muito parada*. Luísa manifesta o seu contentamento com a possibilidade de ingressar num mestrado em pós-laboral, no próximo ano letivo, caso lhe seja atribuída bolsa de estudo.

Relativamente à formação disponível para desempregados constatou-se que Maria e Luísa apresentam opiniões divergentes.

O que eu estou a gostar de ver é que há a oportunidade das pessoas irem fazer formação. Quer dizer, há formação disponível para as pessoas se equiparem com novas skills.
(Maria, 2015)

Tive num ano mais formações lá do que em cinco com o IEFP. Nunca fui chamada para formação no IEFP. (Luísa, 2015)

Não expressando a sua opinião específica acerca da formação disponível, Carolina referiu que fez diversos cursos de curta-duração. Foi num curso gratuito sobre negócios criativos, no Instituto Superior de Gestão, que surgiu a ideia do seu negócio.

A propósito do ensino regular,

Até na escola há corrupção, até dentro da escola. Antigamente a gente tinha segurança na escola, mas agora não. A escola antigamente era a segunda casa. Mas agora, escola é a segunda rua. (Eduarda, 2015)

No que concerne a apoios sociais prestados pelo Estado, designadamente face ao desemprego, Helena era a única a receber subsídio de desemprego à data da entrevista. Maria teve direito por 6 meses em 2012, após um trabalho de intervenção comunitária; de abril de 2013 a agosto de 2014 recebeu o subsídio de formação.

Tive, ainda por meio ano, depois acabou. Ainda fui pedir mais alguma coisa porque tenho uma criança e tudo. Eles disseram que não porque eu estou no agregado da minha mãe que tem uma pensão de 400€. Então isso é uma riqueza. (...) Eu acho que isto ainda está muito mal. Eu não quero bem dizer bem isto, porque não sou uma pessoa pessimista. Em termos de apoios, isso sim. Eu recebo 29€ do abono de família. Eu pago 25€ da creche. Fico com 4€ para tudo mais.

Luísa teve direito ao subsídio de desemprego durante três anos e ao subsídio subsequente por mais um ano e meio, sendo que à data da entrevista beneficiava do Rendimento Mínimo de Inserção.

Recebo 120€ de RSI porque tenho casa própria e isso é ser rica.

No grupo doméstico de Eduarda o beneficiário de subsídio de desemprego, à data da entrevista, era o seu marido.

Não tenho. Elas até falaram se eu recebo subsídio. Eu não quero subsídios, eu quero trabalhar. Eu vou receber aquilo, eu vou acomodar.

Foram entrevistadas duas pensionistas, Antónia e Cândida, de 74 anos e 84 anos respetivamente. Ambas referiram que o montante reduzido das pensões não permite fazer face às despesas que têm. Cândida reformou-se aos 50 anos. Antónia, por sua vez, sempre desenvolveu atividades informais, nomeadamente, a venda de doces e salgados confeccionados por si. Estes são fatores que podem indiciar carreiras contributivas curtas e de baixos montantes, determinantes nos valores das atuais pensões.

Carolina e Luísa expressaram a suas preocupações com os elevados custos associados à formalização do negócio, despesas de abertura de atividade nas finanças, pagamento de contribuições para a segurança social e o registo da marca.

O principal é a segurança social. É uma situação em que devia haver um período de carência até se alcançar um determinado nível de vendas. Deve-se pagar, mas devia haver alguma facilidade. (Carolina, 2015)

Relativamente ao apoio prestado pelas organizações de economia social e solidária, Maria e Ana identificaram o custo reduzido da creche para o filho e neta, respetivamente. Luísa recebe apoio alimentar de uma associação sem fins lucrativos, e referiu como importantes as ações de formação prestadas por esta organização em temáticas relacionadas com o desemprego e procura de emprego.

A visão geral do contexto de crise económica e de austeridade é retratada de forma diferente pelas entrevistadas. Helena afirma a sua posição de que a situação do país se vai agravar, mesmo que os políticos digam o contrário. No entanto, surgem alguns olhares ligeiramente mais positivos:

Olhar de 2014 para 2010, eu acho que há uma melhoria. (Maria, 2015)

Nota-se um aumento da oferta, mas as condições de trabalho baixaram muito. (Carolina, 2015)

Importa também mencionar o alívio de Luísa quando afirma:

Não devo dinheiro nem ao Estado, nem ao banco. Isso deixa-me tranquila.

5.2.2. As intervenientes e os seus grupos domésticos

As idades das dez mulheres entrevistadas varia entre os 30 e os 84 anos. No grupo mais restrito, entre as seis mulheres, duas encontram-se no intervalo entre os 30 e os 44 anos e quatro no intervalo entre os 45 e os 59 anos.

As estruturas dos grupos domésticos das entrevistadas são de quatro tipos de acordo com a tipologia de Laslett: *simples, alargado, solitário e sem estrutura familiar*. Helena, Eduarda, Leonor e Emília têm grupos domésticos simples, com e sem filhos. Os grupos domésticos de Maria, Ana e Antónia são alargados. E Carolina e Luísa vivem sozinhas. E Cândida vive num quarto alugado numa casa com mais pessoas, constituindo um grupo doméstico sem estrutura familiar.

A análise da origem dos rendimentos dos grupos domésticos permite constatar que em quatro destes existem rendimentos provenientes do trabalho assalariado. São as situações do marido de Helena, do filho de Ana, do companheiro de Emília e de Leonor e do seu marido. Mais recentemente, Ana também começou a auferir salário. Poderá também incluir-se neste grupo Carolina que tem como rendimento a indemnização da empresa onde trabalhava.

O dinamismo dos grupos domésticos manifesta-se, entre outros, pelas suas relações. Estas relações familiares, de amizade ou vizinhança revelam-se também no domínio dos negócios destas mulheres, nomeadamente, em relações de reciprocidade e dádiva.

Os bolos de Helena são uma oferta de aniversário para familiares e amigos mais próximos. Antónia sempre ofereceu doces e salgados nas épocas festivas, a outros vendedores do mercado e aos vizinhos. As ofertas estendem-se, por vezes, às educadoras e auxiliares dos estabelecimentos que os filhos frequentam.

Amigos e familiares, que sabem da iniciativa de Maria oferecem-lhe capulanas que não usam, material que esta utiliza para fazer as carteiras. Uma outra forma de contribuição é realizada pela mãe de Carolina, que produz pequenas peças de artesanato para a filha vender nas feiras em que participa.

Leonor propõe um alargamento das redes através de interações virtuais, pela criação de uma plataforma *online* onde as pessoas pudessem trocar tecidos e materiais.

Não sei se já lhe falaram deste problema. A gente farta-se dos tecidos que temos em casa. Eu tenho caixas e caixinhas com peças e pecinhas e tecidos que já utilizei em tudo e mais alguma coisa. Portanto, era ótimo haver um site de trocas destas coisas, de tecidos e de peças. Eu não sei o que fazer com as minhas, mas com certeza há pessoas que sabem.

5.2.3. Os negócios informais

5.2.3.1. Motivações e proveitos

Os negócios informais realizados pelas mulheres entrevistadas podem ser agrupados em três tipologias face ao produto vendido ou serviço prestado. Helena, Carolina, Eduarda, Ana e Antónia confeccionam produtos alimentares. Maria, Luísa, Leonor e Cândida têm atividades relacionadas com o artesanato. A prestação de serviços de limpeza e de serviços como o de cuidar de pessoas são áreas com uma forte componente informal. Ana e Luísa, entre as outras atividades, referem que também prestam serviços de limpeza informalmente. Emília recorreu exclusivamente à prestação de serviços de limpeza informais.

As razões que estão na origem destes negócios informais diferem. Porém o fator desemprego mantém-se sempre presente, como uma variável mais ou menos relevante, conforme o caso.

Origem da ideia de confeccionar bolos decorados de Helena surgiu há dois anos, quando teve de fazer o bolo de aniversário para a filha, uma vez que o facto de ter ordenados em

atraso não permitia que o comprasse como habitualmente. Os bolos custam, em média, 30€.

Após repor o dinheiro gasto com a confeção do bolo na conta comum do casal, Helena guarda o lucro para utilizar em extras seus (tatuagem), do casal (jantar fora) e da filha (aquisição de um *tablet*).

Embora a origem do negócio tenha tido origem numa necessidade, a sua prossecução não visou garantir necessidades básicas do grupo doméstico, mas sim manter os níveis de vida anteriores.

Maria, regressada a Portugal após nove anos no Reino Unido, teve um trabalho de curta duração em intervenção comunitária e, após esse período, face aos recursos de que dispunha, decidiu dedicar-se à costura.

Digo assim, com as máquinas que cá tenho, com as tesouras que aqui há e tecidos que ela ainda a tinha. Olha o que eu vou fazer, vou dar uma última oportunidade às tesouras e às agulhas. E então, fui à procura de um curso onde eu pudesse aprender. Eu tinha as noções básicas, via a minha mãe a fazer e às vezes ela chamava-me vem fazer isto. Mas era tão grande a aversão, nem imagina!

Não considera que seja ainda um negócio, mas tem motivação para que o seja

Não é ainda um negócio porque não tive tempo para avançar. Porque fui fazendo isto em paralelo ao curso, que me ocupava a maior parte do tempo.

Foi começando a vender algumas bolsas e carteiras com preços entre 1,5€ e 28€. Como o número de encomendas não é elevado, o lucro não lhe permite muito.

Pus de lado até há uns dois meses. Isto porque quem me tem sustentado é a minha mãe. Ela é que paga água, luz, telefone e a comida. Então, nos últimos dois meses eu tirei esse dinheiro para começar a contribuir e já tirei 250€. Quando se começa a tirar é tão rápido.

A origem do negócio esteve associada ao percurso pessoal de Maria, uma vez que a sua mãe era costureira, e com a perspetiva de se capacitar para uma nova atividade

profissional. Desde novembro de 2014 que os lucros são utilizados para despesas do grupo doméstico.

O negócio de bolachas da Carolina, por sua vez, surgiu no âmbito de um curso de negócios criativos, no meio de tantas outras ideias que tinha.

No dia seguinte já tinha uma ideia totalmente diferente e fui desenvolvendo essa ideia. Pareceu-me que era viável, mais do que qualquer uma das outras. Não abandonei as outras. Esse é um problema, eu tenho muitas ideias, muitos projetos e tenho de me focar.

Até à data o dinheiro que obtém das vendas é todo para reinvestir, pois reconhece que o facto de ter saído por mútuo acordo da empresa onde trabalhava e com indemnização permitiu-lhe explorar esta possibilidade de negócio.

Não estou a pensar só no imediato. Mas daqui a 5, 10 ou 15 anos o que é que eu vou estar a fazer? Uma coisa de que eu goste, não é? Agora trabalho imenso, mas trabalho com outro gosto. Trabalho para mim, é criativo, tenho a liberdade de escolher o meu horário. Uma série de coisas que eu não tinha. São coisas que me agradam muito. A questão financeira é que é pior. (...) Vivo sozinha, mas também tenho contas.

Eduarda vende, muito discretamente, pequenos sacos de banana frita a 1€ e refeições para os vendedores regulares da feira. A sua motivação está associada à necessidade, mas refere que sempre gostou de comércio.

E é engraçado, eu também comecei a fazer negócio muito cedo. Eu lembro, eu fazia às escondidas. A minha mãe sabia, o meu pai não. O meu pai era intelectual na altura e trabalhou nos serviços públicos. E a gente estudava e ele não queria que a gente tivesse falta de nada, nada, nada.

Nem todos os sábados vende nesta feira, mas quando vende consegue ganhar entre 30€ e 40€. Esse montante é investido nas filhas.

Que compras do mês?! Qual quê?! Pego nesse dinheiro que ganho, 30 ou 40€ e vou comprar uns sapatos, umas calças para as minhas filhas. Comprar umas coisas para elas não terem falta. Temos uma feira lá que às segundas-feiras vendem coisas, com etiqueta, baratas.

Se eu não comprar para as meninas, até posso pagar as contas da água e luz que são mensais. São 30 e poucos euros. Mas este dinheiro invisto nelas.

Assim como Eduarda, Ana desenvolve o seu negócio informal de venda de salgados com uma motivação derivada da necessidade de obter rendimentos num período de desemprego. Durante este período, Ana ficou com rendas da casa em atraso, as quais ainda se encontra a pagar de forma faseada.

Já fazia, mas não era por precisar. Em abril deste ano comecei a fazer porque precisava. Antes algumas pessoas sabiam que eu fazia e pediam-me para casamentos e batizados. Eu gosto de fazer.

Em paralelo, Ana também faz alguns serviços de limpeza não formais. Foram esses serviços que permitiram gerir os salários em atraso. Atualmente já se encontra novamente empregada, mas continua a dar resposta às encomendas de salgados.

Passei a fazer todos os dias e a vender para as colegas de trabalho do meu filho, e para amigas delas. Agora continuo a fazer. Arranjei este trabalho, mas o horário dá para eu fazer quando tenho encomendas.

Uma dúzia de rissóis ou croquetes custam 5€ e o dinheiro que consegue obter, que não chega a 100€ por mês, serve para despesas do quotidiano.

Comprar o gás e coisas do dia-a-dia. Pão, queijo, fiambre, gasolina para o carro. Já me deu um grande avanço. Não era para despesas grandes, mas ajudou bastante. Especialmente quando não tinha trabalho.

Emília, de 30 anos, e com formação superior, iniciou a sua atividade nas limpezas, através de uma empresa, ainda se encontrava empregada na área para a qual estudou. Começou porque necessitava de pagar obras no condomínio e acabou por manter os dois trabalhos.

Depois continuei como um extra, para as coisas bonitas todas.

Quando ficou desempregada viu a possibilidade de fazer limpezas por conta própria como uma oportunidade de ganhar mais dinheiro.

Fiquei desempregada em maio. Para ser informal, tem-se de disponibilizar o tempo todo, enquanto através de empresa tem horário fixo. Fiquei meio ano a fazer limpezas em

famílias, em Lisboa, informalmente. Permitia-me pagar as despesas do empréstimo da casa.

Através de contactos, consegui ter a semana toda ocupada, a trabalhar menos e a ganhar mais. Fazia 5 ou 6 horas por dia e tirava 600€ por mês.

Sobre a forma como gere as expetativas associadas ao facto de se ter uma licenciatura refere:

A mim não me choca. Às vezes penso nisso, não é que seja desmotivador. Não é recompensador, pois sinto que não estou a dar uso ao meu potencial. Sinto que posso fazer mais qualquer coisa.

Mas também posso pensar de outra forma. Se preciso de 1000€, arranjo trabalho para tal. Se precisar de menos, arranjo menos trabalho.

Luísa também é licenciada. Após ter ficado no desemprego em 2010 tem vindo a desenvolver diversas atividades de carácter informal com vista à obtenção de rendimentos, acumulando, durante quatro anos, com o subsídio de desemprego: aulas de inglês e de condução, limpezas, o cuidado de crianças e idosos, ações de promoção ligadas ao turismo, apoio em atividades turísticas e artesanato.

Reconhece que estas atividades lhe têm permitido sobreviver e que tem uma agenda muito preenchida. Semanalmente faz limpezas a receber entre 5€ a 6€ por hora. De forma pontual, quando lhe é solicitado, toma conta de idosos e crianças, e realiza as ações de promoção turística. Tem um trabalho de dois meses por ano, associado à informalidade característica no setor do turismo. Atualmente encontra-se entusiasmada com o desenvolvimento da sua marca de artesanato de reciclagem de materiais.

5.2.3.2. Divulgação

Assim como nos negócios formais, a divulgação representa um importante papel na concretização dos negócios informais apresentados, sendo que os meios utilizados tendem a ser diferentes.

O *boca-a-boca*, ou seja o passar da mensagem através de amigos, familiares e conhecidos, é o recurso principal em todos os negócios, quer na venda de produtos, quer na obtenção de clientes, no caso da prestação de serviços de limpeza.

Helena reconhece que vende através de amigos que falam a amigos. Carolina e Maria começaram a vender as primeiras peças e bolachas através da família e amigos.

Amigos e familiares iam lá a casa, eu mostrava o meu trabalho. Elas depois gostavam e compravam isto ou aquilo. (Maria, 2015)

Para Eduarda foi a transmissão entre os vendedores da feira que lhe permitiu ter clientes para as refeições.

Depois vieram outros, eu quero comida. Comecei a fazer um bocadinho, para algumas pessoas. Já sei os alimentos de que eles gostam.

Na venda de salgados de Ana, foram os contactos que o filho estabeleceu no local de trabalho os principais clientes.

Passei a fazer todos os dias e a vender para as colegas de trabalho do meu filho, e amigas delas. Agora continuo a fazer.

Todas as atividades desenvolvidas por Luísa tiveram origem no *boca-a-boca*, pois os amigos estavam informados da sua situação. Amigos de amigos também já sabem que ela toma conta de idosos ou crianças e que faz limpeza e, quando precisam, entram em contacto com ela.

Um outro recurso é o Facebook, plataforma *online* onde criam páginas dos seus negócios e expõem fotografias dos produtos. Helena, Maria, Carolina e Luísa utilizam esta plataforma para publicitar os seus produtos. Assim como Leonor, sendo que esta plataforma não estava tão desenvolvida quando ela iniciou o seu negócio.

Não sendo um recurso essencial para a concretização de vendas, é reconhecido como essencial.

Neste momento é através do Facebook. Antigamente era feiras e era boca-a-boca. O Facebook não estava divulgado desta maneira. (Leonor, 2015)

No Facebook ainda só tive 3 encomendas. A maior parte das encomendas é boca a boca. (...) Já tenho o Facebook há um ano e tal, mas a ideia inicial até era para divulgar arranjos de roupa. (Maria, 2015)

No Facebook não vendo nada, é mais um cartão-de-visita. Tem que ser ter! Hoje em dia, quem não tem Facebook não existe. (Carolina, 2015)

5.2.3.3. Crise, feiras e fiscalização

Leonor, de 49 anos, há 12 que vem desenvolvendo pequenos negócios informais. Inicialmente com amigas e na área da bijuteria e agora sozinha na área da costura. A participação em feiras tem tido altos e baixos e se no início participava ativamente, a determinada altura optou por desistir.

Agora é pior. Porquê? Há tanta gente a por coisas no Facebook, tanta gente em feiras. E é muito complicado. Eu há 11 anos vendia tudo o que queria, tudo o que eu fazia. O que veio atrapalhar não foi o Facebook, foi mesmo a crise.

Além de haver muita gente a fazer muita coisa. E há de tudo. Há muito bons, há muito maus. Há pessoas que imitam. Há de tudo e é tudo igual.

A sua experiência destaca, nos últimos cinco anos, o aumento do número de pequenas atividades relacionadas com o artesanato, do número de feiras e de participantes. E também, a redução da procura.

Carolina e Luísa costumam vender os seus produtos em feiras. As suas perspetivas divergem. Ambas referem participar com muita frequência em feiras, Carolina menciona que aquilo que vende às vezes nem cobre os custos da participação. Com uma opinião diferente, Luísa refere que até conseguia algum dinheiro.

O aumento da regulação estatal das atividades económicas com vista à redução da fuga de impostos abrange os mercados locais de produtores⁹, sendo alguns destes práticas comunitárias tradicionais.

A fiscalização das feiras é uma das principais preocupações, não apenas para Carolina e Luísa, mas também para Eduarda. O aumento das dimensões deste tipo de eventos acarreta um acréscimo de fiscalização. Carolina e Luísa reconhecem o risco que correm ao vender nas feiras sem estar coletadas nas finanças, sendo esta uma das razões que as faz pensar na futura formalização do negócio. O risco não é apenas o da sanção pecuniária, mas também a imagem de uma marca que pretendem construir.

A situação de Eduarda apresenta contornos diferentes, pois engloba-se num conjunto de vendedores clandestinos dentro da própria feira, correndo igualmente o risco de ser multada.

Tem uma que vende ginguba, amendoim. Uma que vende pastéis de peixe. Hoje não vi ela. Ela tem apanhado multa.

Cândida, que vende pequenas peças tricotadas na entrada da estação de metro, ultrapassa a não autorização para venda com uma placa de pedinte. Esta foi uma condição da segurança do metro para permitirem a sua presença naquele espaço.

É assim! Temos de fazer malabarismos. (...) Estou aqui mascarada. Isto aqui não sou eu. Cá dentro sou eu, por fora não. Temos de fazer aquilo que não somos.

Anteriormente, os seus produtos já foram apreendidos pela polícia por não ter possibilidade de pagar a multa.

⁹ Decreto-Lei n.º 85/2015 de 21 de maio

Considerações Finais

O desenvolvimento deste estudo permitiu reunir dados sobre os diferentes percursos de seis mulheres e dos seus pequenos negócios informais de base doméstica, implementados num contexto socioeconómico complexo. Permitiu apreender alguns dos desafios colocados e a perspetiva feminina de resposta à crise e a sua relação com o bem-estar dos grupos doméstico.

A análise qualitativa dos impactos da crise pode ser um complemento às abordagens quantitativas, pode adicionar uma análise relacionada com a idade e género, por exemplo (Heltberg, et al., 2012). Assente neste princípio, este estudo tem como objetivo ser um contributo para a pesquisa das estratégias implementadas por mulheres face ao impacto da crise e da implementação de um programa de ajustamento estrutural pelo governo português.

A opção por uma análise do ponto de vista feminino deveu-se a dois pontos fulcrais. O primeiro - o forte impacto da crise nas mulheres, e o segundo - o importante papel que estas representam na promoção do bem-estar do grupo doméstico. Esta opção metodológica tornou este estudo rico numa perspetiva de género, não pretendendo contudo concluir que as estratégias são exclusivamente implementadas por mulheres.

A primeira hipótese definida para este estudo consistia em verificar se as razões que estiveram na origem dos negócios informais, de base doméstica, estavam diretamente relacionadas com as consequências da crise económica e da austeridade.

Utilizando como premissa a informação recolhida sobre o forte impacto da crise e da austeridade no mercado de trabalho e nos direitos laborais, pode-se considerar que a situação de desemprego experienciada pelas seis mulheres sobre as quais este estudo de focalizou, se relaciona com o atual contexto, sendo o desemprego um efeito da conjuntura de crise com um impacto mais prolongado sobre as mulheres do que sobre os homens.

A situação de desemprego é pois uma variável comum às seis mulheres que implementaram os negócios abordados neste trabalho. Contudo, a origem destes negócios

não deve ser explicada exclusivamente pela necessidade de obtenção de rendimentos, pois estes negócios têm também motivações não económicas.

A privação de rendimentos, embora seja uma motivação de peso, não pode ser separada das outras motivações, como *ser autónomo no trabalho, ser patrão de si próprio, realizar uma atividade de que goste, desenvolver a criatividade, concretizar um sonho que sempre pareceu irrealizável* (Hespanha, 2011)

A criatividade, o ser patrão de si próprio e a realização de uma atividade de que se gosta foram também fatores motivacionais destas mulheres para a realização dos seus pequenos negócios, agregando-se a necessidade à oportunidade.

Pode-se dizer que a origem dos negócios informais está diretamente relacionada com a situação de desemprego. Todavia, importa atender a que esta condicionante por si não despoleta uma iniciativa económica, como a produção e venda de bolos, bolachas, salgados e refeições ou de artesanato. Os fatores não económicos são igualmente importantes.

A segunda hipótese definida parte do pressuposto que estes negócios informais estão relacionados com a necessidade económica, e procura verificar se estes funcionam efetivamente como uma *almofada económica*.

Almofada é uma expressão figurativa associada à informalidade enquanto estratégia, permitindo a diminuição da intensidade dos fatores externos. Efetivamente não é possível mensurar *almofada*, mas reconhece-se a sua função de suporte.

Através deste estudo verificou-se que estes negócios são *almofadas económicas* no que respeita às despesas dos grupos domésticos, permitindo a aquisição de alguns bens e serviços, como o pagamento das despesas da casa ou compras de mercearia. Embora o peso do seu lucro no orçamento familiar seja ligeiro, não deixa de ser um suporte.

Retomando a questão subjacente ao percurso de pesquisa relativa à importância dos negócios informais, de base doméstica, para as mulheres que os empreendem, e para os seus grupos domésticos, os dados recolhidos permitem concluir que:

- a) Os negócios informais estudados visam a maximização do bem-estar do grupo doméstico. Esta maximização pode ocorrer através da garantia de necessidades económicas essenciais, como despesas relativas à alimentação, à habitação ou ao vestuário. Importa atender a que, embora tenham sido identificadas despesas com a alimentação, estas apenas englobam pequenas despesas de mercearia, o que deixa pressupor que a alimentação é uma necessidade garantida prioritariamente por outros rendimentos do grupo doméstico. A maximização do bem-estar do grupo doméstico também pode ocorrer através da possibilidade de garantir despesas extraordinárias.
- b) Para as mulheres que desenvolvem estes negócios, aspetos de carácter individual - como a autonomização face a uma entidade patronal, a criatividade, e a possibilidade de fazer uma atividade de que se gosta - são igualmente ou até mais importantes que os aspetos económicos.
- c) Em algumas situações existe uma estreita relação entre a necessidade e a motivação empreendedora das mulheres.

Os negócios com produção de base doméstica de Maria, Eduarda, Ana e Luísa podem ser definidos como estratégias para a obtenção de rendimento, sendo o resultado líquido das suas vendas lucro que é utilizado como despesa no consumo imediato (Smith, et al., 1992). O negócio de Carolina enquadra-se numa estratégia de emprego, sendo o lucro utilizado para investimento. A atividade de Helena encontra-se associada a questões diferentes da necessidade de rendimento e da oportunidade de empreendedorismo.

O lucro obtido através destes negócios, embora reduzido, demonstra constituir um complemento de rendimento dos grupos domésticos estudados. A opção de afetação deste é variável, podendo depender dos restantes rendimentos.

No processo de afetação dos reduzidos lucros identificou-se a importância de adquirir itens para os filhos que permitam a estes um melhor enquadramento nos grupos de pares (o tablet para a filha de Helena e a roupa de marca para as filhas de Eduarda).

Nas situações estudadas, a maximização da aptidão para adaptação aos contextos materiais e sociais (Medina, et al., 2010) passou pela recuperação de conhecimentos e capacidades existentes na família e/ou culturais, assim como pela aposta na formação e

capacitação. Os recursos afetos a estes negócios, nomeadamente o *know-how*, podem existir previamente, mesmo que apenas em potencial.

As atividades informais não estão sujeitas a impostos, e isto é um dos principais incentivos a esta modalidade económica. Neste estudo a informalidade foi um instrumento na estratégia de obtenção de rendimentos e/ou uma etapa de um percurso empreendedor. Os montantes obtidos dificilmente permitiriam cobrir os custos das obrigações legais às finanças e à segurança social, associados à formalização destes pequenos negócios.

Porém, nas situações em que a continuidade do negócio se perspetiva, a formalização e o cumprimento das obrigações legais são assuntos sobre os quais se procura obter informação. Com pequenos passos, Carolina e Luísa caminham para a formalização.

Todas as mulheres entrevistadas têm um perfil empreendedor, mesmo que nem todas pretendam enveredar por esse percurso em moldes formais.

A aposta no empreendedorismo, enquanto promotor do desenvolvimento económico na superação dos atuais constrangimentos do mercado de trabalho, é um dos vetores da atual política nacional e europeia. As limitações e dificuldades sentidas à continuidade do negócio não foram assuntos explorados neste estudo, nem a acessibilidade aos apoios existentes ao empreendedorismo.

No entanto, não se pode deixar de fazer referência à relação entre algumas especificidades destas mulheres, das características e condições dos seus negócios e a vertente do empreendedorismo inclusivo. Esta abordagem baseia-se na convicção de que um maior número de pessoas pode beneficiar de uma atitude empreendedora e das soluções que dela derivam (Henriques, et al., 2012). Visa empreendedores não tradicionais, ou seja, grupos em situação de pobreza ou de desemprego de longa duração, grupos de minorias étnicas, migrantes, pessoas com deficiência, etc.

Este é um ponto de confluência de três assuntos importantes para reflexão: a perspetiva do presente estudo, no qual as mulheres desenvolvem estes negócios enquanto estratégia face ao contexto; a atual importância política e social do empreendedorismo, em

específico do inclusivo; e o potencial das iniciativas da economia solidária para emancipação e *empowerment* das comunidades face ao sistema económico vigente.

Nesta confluência reside um espaço de oportunidade concreta para a melhoria das condições de vida, não apenas materiais mas também psicossociais. Este espaço de oportunidade situa-se no território aberto pela crise para a formação de novos tipos de ação coletiva (Touraine, 2012). A transformação do seu potencial deve continuar, otimizando recursos existentes numa lógica de complementaridade e de valorização das relações interpessoais, ou seja, o bem-estar em detrimento do lucro.

Nesta fase final pode-se olhar para trás e ver tantos outros caminhos que poderiam e poderão ser percorridos com recurso a temas tão relevantes como *género, grupos domésticos e negócios informais*.

A propósito dos caminhos que poderão ser percorridos, cresceu a motivação para aprofundar a relação entre os negócios informais femininos e os contextos socioculturais em que as pessoas se inserem, de acordo com a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu e considerando as diferenças nas redes de relações sociais em culturas diferentes.

Numa outra perspetiva, despontou a importância de se proceder a uma análise formal de como os apoios ao empreendedorismo inclusivo, ou não, estão a ser geridos e o seu impacto, numa perspetiva de género, pois as mulheres assumem um posicionamento periférico no domínio do empreendedorismo (Malheiros, et al., 2010). Permitindo ainda perceber se a vigente ideologia do empreendedorismo representa, ou não, uma resposta sólida aos grandes desafios do mercado de trabalho nacional.

Não obstante, considera-se que este trabalho cumpriu os objetivos a que se propôs: compreender melhor o fenómeno dos pequenos negócios informais femininos, que reintroduzem a produção nos grupos domésticos de um grande centro urbano, à luz da conceptualização de *estratégia*, num contexto caracterizado pelos avultados impactos sociais provocados pela crise e austeridade; conhecer motivações internas e externas associadas à sua implementação; observar a importância das redes de relações pessoais; e contactar com percursos de vida.

Crise, s. Do gr. Krisis, “acto ou faculdade de distinguir; acto de escolher, escolha, eleição; acto de separar, dissentimento, contestação; contestação em justiça, processo; acto de decidir; decisão, julgamento (de uma questão, de uma dúvida); julgamento de luta, de concurso; concurso, decisão judiciária, julgamento, condenação; o que resolve qualquer coisa, solução, decisão, resultado (de guerra); fase decisiva da doença, crise; explicação, interpretação de sonho”

Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1977)

Bibliografia

- Abreu, Alexandre, et al. 2013.** *A crise, a Troika e as alternativas urgentes*. 2ª . Lisboa : Tinta da China, 2013. ISBN: 978-989-671-169-6.
- Afonso, Óscar. 2014.** A Economia Não-Registada em Portugal - Índice de 2013. *Observatório de Economia e Gestão de Fraude*. [Online] 10 de dezembro de 2014. <http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/?cat=92>.
- Albarello, Luc, et al. 2011.** *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa : Gradiva, 2011. ISBN: 978-972-662-554-4.
- Amaro, Fausto. 2006.** *Introdução à sociologia da família*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006. ISBN: 989-972-8726-85-0.
- Amaro, Rogério Roque. 2009.** A Economia Solidária da Macaronésia - um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*. ACESSA, 2009, Vol. 1, Economia Solidária: apresentação do conceito.
- Arteaga, Catalina. 2007.** Pobreza y Estrategias Familiares: Debates y Reflexiones. [Online] 2007. [Citação: 21 de julho de 2015.] DOI: 10.5354/0718-0527.2007.13942.
- Bagnasco, Arnaldo. 1990.** The Informal Economy. [autor do livro] Alberto Martinelli e Neil J. Smelser. *Economy and Society: overviews in economic sociology*. London : SAGE, 1990.
- Banco de Portugal. 2014.** Relatório do Conselho de Administração: a economia portuguesa. *Banco de Portugal*. [Online] abril de 2014. <https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/Paginas/default.aspx>. 978-989-678-287-0 .
- Bento, Vítor. 2011.** *Perceber a crise para encontrar o caminho*. Lisboa : Bnomics, 2011. ISBN: 978-989-8184-29-0.
- Bernardes, Jon. 1997.** *Families studies: an introduction*. New York : Routledge, 1997. ISBN: 0-415-164689-9.
- Bourdieu, Pierre. 1988.** *Cosas dichas*. Barcelona : Gedisa, 1988. ISBN: 950-911-343-3.
- Bryman, Alan. 2004.** *Social research methods*. New York : Oxford University Press, 2004. ISBN: 978-0-19-926446-9.
- Canotilho, Mariana Rodrigues. 2015.** The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU: Country Report on Portugal. *European Parliament Committees*. [Online] fevereiro de 2015. <http://www.europarl.europa.eu/studies>. 9978-92-823-6570-0.

- Cappellini, Benedetta, Marilli, Alessandra e Parsons, Elizabeth. 2014.** The hidden work of coping: gender and the micro-politics of household consumption in times of austerity. *Journal of Marketing Management*, 30:15-16, 1597-1624. [Online] 2014. [Citação: 10 de dezembro de 2014.] DOI: 10.1080/0267257X.2014.929164.
- Casaca, Sara Falcão (coord.). 2012.** *Mudanças laborais e relações de género - novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra : Edições Almedina, S.A., 2012. ISBN: 978-972-40-4807-9.
- CASES. 2015.** Economia Social. *Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*. [Online] 2015. [Citação: 3 de julho de 2015.] <http://www.cases.pt/sobre-nos/economia-social-e-solidaria>.
- Castells, Manuel e Portes, Alejandro. 1989.** World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. [autor do livro] Alejandro Portes, Manuel Castells e Lauren Benton. *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1989.
- Coelho, Lina. 2009.** Economia da família. [autor do livro] Pedro Hespanha, et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra : Edições Almedina, SA, 2009.
- . **2014.** O meu, o teu, o nosso dinheiro: contributos para o estudo da gestão das finanças conjugais em Portugal. [Online] 2014 de fevereiro de 2014. [Citação: 16 de dezembro de 2014.] <http://rccs.revues.org/5378>. DOI: 10.4000/rccs.5378.
- Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. 2013.** Relatório sobre o impacto da crise económica na igualdade de géneros e nos direitos da mulher. *Parlamento Europeu*. [Online] 28 de fevereiro de 2013. [Citação: 10 de março de 2015.] <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2013-0073&language=PT&ring=A7-2013-0048>.
- Commission of the European Communities. 1993.** *Growth, competitiveness, employment - The challenges and ways forward into the 21st century*. Brussels : Office for official publications of the European Communities, 1993. ISBN: 92-826-7000-7.
- Costa (coord.), Sónia, Santos, Marta e Guerra, Isabel. 2015.** *Evolução na continuidade - Barómetro do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa*. Lisboa : EAPN Portugal, 2015. ISBN: 987-989-83-04-39-1.

- Costa , Alfredo Bruto da (Coord.), et al. 2008.** *Um olhar sobre a pobreza - vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. 4ª. Lisboa : Gradiva, 2008. ISBN: 978-989-616-253-5.
- Costa, Alfredo Bruto da, et al. 1985.** *A pobreza em Portugal*. Lisboa : Cáritas, 1985. (s.n.).
- Crow, Graham. 1989.** The use of the concept of "strategy" in recent sociological literature. *Sociology*. 1989, Vols. 23:1, 1-24.
- Defourny, Jacques. 2009.** Economia social. [autor do livro] Pedro Hespanha, et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra : Edições Almedina, SA, 2009.
- dos Santos, Celina. 2011.** O que é que elas têm que ele não tem. Economias solidárias e capitalismo. [autor do livro] Teresa Cunha (org.), et al. *Artigo Feminino: Elas no Sul e no Norte*. Santa Maria da Feira : AJPaz, 2011.
- EAPN. 2014.** Indicadores sobre a pobreza. *Centro de documentação EAPN*. [Online] 14 de abril de 2014. [Citação: 15 de março de 2015.] http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=322.
- Engelen, Theo, et al. 2004.** Labor strategies of families: an introduction. *History of the family*, 9:2, 123-135. [Online] 2004. [Citação: 25 de março de 2015.] DOI: 10.1016/j.hisfam.2004.01.001.
- Estivill, Jordi. 2009.** Navegando por los Mares de la Economía Social y Solidaria. Existe um rumbo mediterrâneo? *Revista de Economia Solidária*. ACEESA, 2009, Vol. 1, Economia Solidária: apresentação do conceito.
- European Comission. 2014.** *Employment and Social Developments in Europe 2013*. Brussels : Publications of the office of the European Union, 2014. ISBN: 978-92-79-35281-2.
- European Union. 2010.** *Equality between women and men. Report 2010*. Belgium : Publications office of the European Union, 2010. ISBN: 978-92-79-14219-2.
- Evans, Mary. 2013.** Gender in an Age of Austerity. *Women's History Review*, 22:5,838-840. [Online] 24 de abril de 2013. [Citação: 18 de março de 2015.] DOI: 10.1080/09612025.2013.782694.
- Frias, Sónia. 2006.** *"Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira"?* Lisboa : ISCSP - UTL, 2006. ISBN: 972-8726-81-3.

- Friedmann, John. 1996.** *Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras : Celta Editora Lda., 1996. ISBN: 972-8027-50-8.
- Gaiger, Luiz Inácio. 2009.** Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Online] 2009. [Citação: 4 de julho de 2015.] <http://rccs.revues.org/401>.
- Heltberg, Rasmus, et al. 2012.** Coping and resilience during the food, fuel and financial crises. *The Journal of Development Studies*, 49:5,705-718. [Online] 12 de dezembro de 2012. [Citação: 10 de dezembro de 2014.] DOI: 10.1080/00220388.2012.746668.
- Henriques, José Manuel. 2010.** Crise, economia social e solidária e "integração económica na ação contra a pobreza. *Revista de Economia Solidária*. ACEESA, 2010, Vol. 2, A crise atual e as respostas da economia solidária.
- Henriques, José Manuel e Maciel, Catarina. 2012.** *Survey on Business Start-up Infrastructure*. Lisboa : DINAMIA'CET ISCTE-IUL, 2012.
- Hersent, Madeleine e Guérin, Isabelle. 2014.** Une approche internationale des initiatives de femmes dans l'ESS. *Revista de Economia Solidária*. ACEESA, 2014, Vol. 7, As questões de género na economia solidária e os desafios da economia feminista.
- Hespanha, Pedro (Coord.), et al. 2007.** *É o (des)emprego fonte da pobreza?* Coimbra : REAPN, 2007. ISBN: 978-989-95487-4-9.
- Hespanha, Pedro. 2011.** Economia solidária de raiz popular: A fase adulta de uma metamorfose. [autor do livro] Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos (Org.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra : Edições Almedina, S.A., 2011.
- Horn, Zoe. 2011.** Enfrentando a Crise: Recessão Persistente, Inflação Crescente, e a Força de Trabalho Informal. *WIEGO and Inclusive Cities*. [Online] janeiro de 2011. [Citação: 18 de março de 2015.] <http://wiego.org/publications/enfrentando-crise-recess%C3%A3o-persistente-infla%C3%A7%C3%A3o-crescente-e-for%C3%A7a-de-trabalho-informal>.
- ILO. 2015.** World Employment and Social Outlook - Trends 2015. *International Labour Organization*. [Online] 20 de janeiro de 2015. [Citação: 10 de março de 2015.] http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015/WCMS_337069/lang--en/index.htm. ISBN: 978-92-2-129260-9.

- INE.** Dados estatísticos - base de dados. [Online] INE. [Citação: 14 de Março de 2015.] http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados.
- **2015 a.** *Rendimento e Condições de Vida – 2014*. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 2015.
- **2015 b.** *Estatísticas do Emprego 2014 - 4º trimestre*. Lisboa : INE, 2015. 0872-7570.
- Sistema Integrado de Metainformação. [Online] [Citação: 13 de Março de 2015.] <http://smi.ine.pt/>.
- Laguerre, Michel S. 1994.** *The Informal City*. Suffolk : Macmilan Press, 1994. ISBN: 0-333-61767-3.
- Laier, Julie Koch, et al. 1996.** *Gender, household food and coping strategies*. Brighton : Institute of development studies, 1996. ISBN: 1858640547.
- Laslett, Peter e Wall, Richard. 1972.** *Household and family in past time*. Cambridge : Cambridge University Press, 1972. ISBN: 0521099013.
- Laville, Jean-Louis. 2009.** A economia solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Online] 2009. [Citação: 7 de julho de 2015.] <http://rccs.revues.org/381>.
- Leandro, Maria Engrácia. 2001.** *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa : Universidade Aberta, 2001. ISBN: 972-674-323-0.
- Lévi-Strauss. 1977.** A família. [autor do livro] Claude Lévi-Strauss, Kathleen Gough e Melford Spiro . *A família como instituição*. Porto : Rés Editora Lda, 1977.
- Machado, José Pedro. 1977.** *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa : Livrso Horizonte, 1977.
- Maier, Friederike. 2011.** Will the crisis change gender relations in labour markets and society? *Journal of Contemporary European Studies*, 19:01, 83-95. [Online] março de 2011. [Citação: 10 de dezembro de 2014.] DOI: 10.1080/14782804.2011.554197.
- Malheiros, Jorge, Padilha, Beatriz (coord.) e Rodrigues, Frederica. 2010.** *Mulheres imigrantes empreendedoras*. Lisboa : Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010. ISBN: 978-972-597-321-9.
- Matsaganis, Manos e Leventi, Chrysa. 2014.** The Distributional Impact of Austerity and the Recession in Southern Europe. *South European Society and Politics*, 19:3, 393-412. [Online] 2 de setembro de 2014. [Citação: 2 de dezembro de 2014.] DOI: 10.1080/13608746.2014.947700.

- Medina, Luis Garrido e Gil Calvo, Enrique. 2010.** *Estrategias familiares*. Madrid : Alianza Editorial, S.A., 2010. ISBN: 978-84-206-2766-3.
- Moghadam, Valentine M. 2011.** Women, gender, and economic crisis revisited. *Perspectives on Global Development and Technology*, 10:1, 30 – 40. [Online] 2011. [Citação: 10 de dezembro de 2014.] DOI: 10.1163/156914911X555080.
- Molina, Mercedes. 2006.** Estrategias de sobrevivencia e inequidades de género: El caso de Argentina en el contexto latinoamericano. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública* , 5, 67-86. [Online] 2006. [Citação: 15 de julho de 2015.] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96000504>. ISSN: 0718-0241.
- Moreira, Carlos Diogo. 1994.** *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994. (s.n.).
- . **2007.** *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007. ISBN: 978-972-8726-95-9.
- Muncie, John. 1995.** *Understanding the family*. Londres : SAGE Publications Ltd, 1995. ISBN: 0-8039-7955.
- Namorado, Rui. 2009.** Para uma economia solidária – a partir do caso português. *Revista Crítica Ciências Sociais*. [Online] 2009. [Citação: 4 de julho de 2015.] <http://rccs.revues.org/396>.
- OECD. 2014 a.** OECD Economic Surveys: Portugal. [Online] 2014 a. [Citação: 14 de Março de 2015.] http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-prt-2014-en. ISSN: 1999-0405.
- . **2014 b.** *Society at a Glance 2014: OECD Social Indicators*. Paris : OECD Publishing, 2014 b. 1999-1290.
- OIT. 2006.** *A OIT e a Economia Informal*. Lisboa : Escritório da OIT em Lisboa, 2006. ISBN: 972-9978-32-8.
- Ortiz, Isabel e Cummins, Matthew. 2013.** Austerity Measures in Developing Countries: Public Expenditure Trends and the Risks to Children and Women. *Feminist Economics*, 19:3, 55-81. [Online] 10 de maio de 2013. [Citação: 12 de janeiro de 2015.] DOI:10.1080/13545701.2013.791027.
- Polanyi, Karl. 2012.** *A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa : Edições 70, 2012. ISBN: 978-972-44-1660-1.
- Quivy, Raymond e Capenhoudt, Luc Van. 1992.** *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa : Gradiva - Publicações, 1992. ISBN: 972-662-275-1.

- Saraceno, Chiara e Naldini, Manuela. 2003.** *Sociologia da família*. 2ª edição atualizada. Lisboa : Editorial Estampa Lda, 2003. ISBN: 972-33-1906-3.
- Segalen, Martine. 1999.** *Sociologia da Família*. Lisboa : Terramar, 1999. ISBN: 972-710-234-4.
- Sen, Amartya. 2003.** *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa : Gradiva, 2003. ISBN: 191 126/2003.
- . **1999.** *Pobreza e fomes - um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa : Terramar, 1999. ISBN: 972-710-244-1.
- Slack, Tim. 2007.** Work, welfare and the informal economy: toward an understanding of household livelihood strategies. *Community Development*, 38:1, 26-42. [Online] 2007. [Citação: 16 de dezembro de 2014.] 10.1080/15575330709490183.
- Smith, Joan e Wallerstein, Immanuel (coordinators). 1992.** *Creating and transforming households: the constraints of the world-economy*. Cambridge : Cambridge University Press, 1992. ISBN: 0521-42713-4.
- Torrado, Susana. 1982.** *El enfoque de las estrategias familiares de vida en America Latina - Orientaciones tecnico metodologicas*. 2ª. Buenos Aires : CEUR-Centro de Estudios Urbanos y Regionales, 1982. ISBN: 0326-1517.
- Touraine, Alain. 2012.** *Depois da Crise*. Lisboa : Instituto Piaget, 2012. Vol. Coleção Epistemologia e Sociedade 270. ISBN: 9789896591137.
- Vasconcelos, Pedro. 2005.** Redes sociais de apoio. [autor do livro] Karin Wall (org.). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa : ICS, 2005.
- Vogler, Carolyn e Pahl, Jan. 1993.** Social and economic change and the organisation of money within marriage. *Work Employment & Society*, 7:1; 71-95. [Online] março de 1993. [Citação: 18 de março de 2015.] DOI: 10.1177/095001709371004.
- Wall, K. 2005.** Os grupos domésticos de co-residência. [autor do livro] Karin Wall (org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 553-597.
- Wall, Karin (org.). 2005.** *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa : ICS, 2005. ISBN: 972-671-161-4.
- Wallace, Claire. 2002.** Household strategies: their conceptual relevance and analytical scope in social research. *Sociology*, 36:2, 275-292. [Online] maio de 2002. [Citação: 18 de março de 2015.] DOI: 10.1177/0038038502036002003.

Webb, Justin W., et al. 2013. Research on entrepreneurship in the informal economy: framing a research agenda. *Journal of Business Venturing*. 2013, Vol. 28.

Anexos

Anexo A - Índice de custo do trabalho (2008-2014)

Índice de custo do trabalho (Base - 2008)	Total	Custos salariais	Outros custos
2008	100	100	100
2009	103,18	102,91	104,29
2010	105,32	104,81	107,47
2011	107,52	105,76	114,83
2012	100,86	100,47	102,49
2013	99,23	98,13	103,79
2014	98,7	97,4	104,12

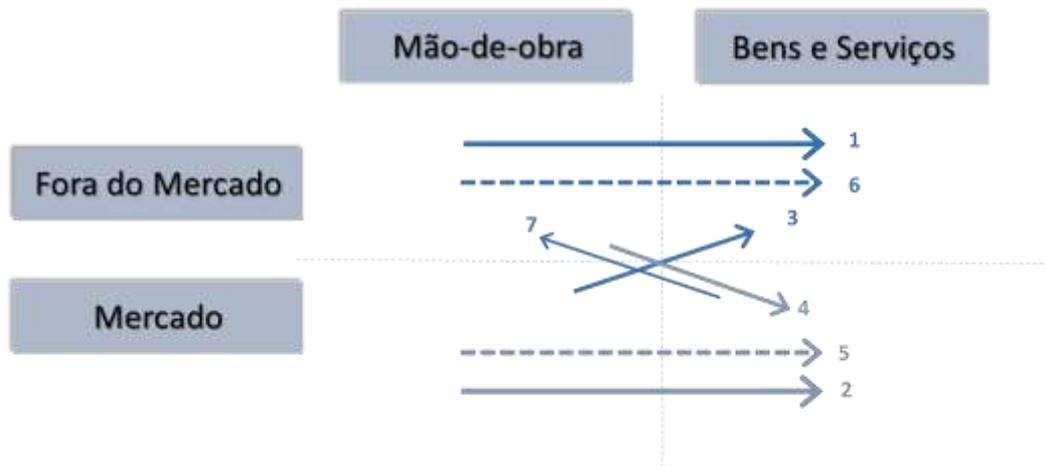
Fonte: INE (dados atualizados a 13 fevereiro 2015)

Anexo B - Indicadores de pobreza e desigualdade económica

Indicador / Ano e Género	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012			2013			2014		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M																		
População residente em risco de pobreza ou exclusão social	25	-	-	25	-	-	26	-	-	24,9	-	-	25,3	-	-	24,4	-	-	25,3	-	-	27,5	-	-	27,5 &	-	-
Taxa de risco de pobreza (Antes de qualquer transferência social - %)	40,0	38,0	41,9	41,5	39,8	43,2	41,5	39,8	43,1	43,4	42,0	44,7	42,5	41,0	44,0	45,4	43,7	47,0	46,9	45,6	48,1	47,8 &	46,1 &	49,3 &	-	-	-
Taxa de risco de pobreza (Após transferências relativas a pensões - %)	24,2	23,6	24,8	24,9	24,2	25,5	24,3	23,9	24,8	26,4	26,1	26,7	25,4	25,2	25,6	25,3	25,1	25,4	25,5	25,9	25,2	26,7 &	26,5 &	26,9 &	-	-	-
Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %)	18,1	17,2	19,0	18,5	17,9	19,1	17,9	17,3	18,4	17,9	17,3	18,4	18,0	17,6	18,4	17,9	17,5	18,2	18,7	18,8	18,7	19,5 &	18,9 &	20 &	-	-	-
Coefficiente de Gini (%); Anual	36,8	-	-	35,8	-	-	35,4	-	-	33	-	-	34,2	-	-	34,5	-	-	34,2	-	-	34,5 &	-	-	-	-	-
Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (N.º)	6,5	6,3	6,6	6,1	6,1	6,1	6,0	6,0	6,0	5,6	5,6	5,5	5,7	5,8	5,6	5,8	5,9	5,7	6,0	6,1	5,9	6,2 &	6,3 &	6,1 &	-	-	-
Desigualdade na distribuição de rendimentos S90/S10 (N.º)	10,8	-	-	10,0	-	-	10,3	-	-	9,2	-	-	9,4	-	-	10,0	-	-	10,7	-	-	11,1 &	-	-	-	-	-
Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferências sociais (70% da mediana - %)	25,6	-	-	27,2	-	-	25,6	-	-	26,0	-	-	25,6	-	-	24,9	-	-	25,8	-	-	27,1 &	-	-	-	-	-
Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferências sociais (50% da mediana - %)	11,5	-	-	11,9	-	-	10,8	-	-	11,3	-	-	11,1	-	-	11,4	-	-	12,3	-	-	13,8 &	-	-	-	-	-
Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferências sociais (40% da mediana - %)	6,3	-	-	5,7	-	-	6,4	-	-	6,3	-	-	5,5	-	-	6,5	-	-	7,8	-	-	8,6 &	-	-	-	-	-
Limiar de risco de pobreza (€)	4544	-	-	4886	-	-	4969	-	-	5207	-	-	5046	-	-	4994	-	-	4906	-	-	4937 &	-	-	-	-	-

Fonte: INE (dados atualizados a 30 janeiro 2015)

Anexo C - Tipologia das atividades económicas formais e informais



- Linha 1 – Economia doméstica, na qual o trabalho não é registado e os bens e serviços produzidos são consumidos dentro do contexto familiar;
- Linha 2- Economia de mercado, pública e privada. Pode incluir o setor cooperativo, mas este também enquadra elementos da linha 4 e 6;
- Linha 3 – Setor de intervenção do Estado que inclui as funções tradicionais e as formas modernas de Estado Social (*welfare*);
- Linha 4 – Pequenos produtores autónomos e economia agrícola ao nível familiar. Inclui elementos da linha 7;
- Linha 5 – Mercados paralelos e clandestinos. As suas fronteiras dependem do contexto institucional e legislativo;
- Linha 6 – Economia *comunal*, que inclui a caridade.
- Linha 7 – Economia doméstica condicionada pela oferta do mercado, ou seja os bens são provenientes do mercado e o trabalho não. Inclui atividades de reparação e *do it yourself*.

Fonte: Adaptado de Arnaldo Bagnasco(1990)

Processo de Produção e Distribuição	Produto Final	Tipo de Economia
+	+	Formal
-	+	Informal
+ ou -	-	Criminal

Fonte: (Castells, et al., 1989)

Anexo D - Entrevista semiestruturada

Objetivo	Tópicos
Conhecer o percurso individual de cada mulher, identificando na concretização da sua iniciativa, a relação entre os motivos externos (efeitos do contexto de crise económica e de austeridade) e internos (autorrealização, independência, entre outros).	Origem e motivação, processo de identificação do negócio, redes de suporte.
Conhecer o negócio e identificar qual o seu peso na economia familiar.	Produto, distribuição, preço, contributo do lucro no orçamento doméstico, utilização atribuída ao complemento de rendimento.
Identificar a composição do grupo doméstico e situação face ao emprego.	Composição e situação face ao emprego dos seus elementos.
Compreender a perceção do indivíduo face ao contexto de crise económica e de austeridade.	Perspetiva pessoal e alterações nas condições de vida do grupo doméstico.
Identificar perspetivas face ao futuro.	Pessoal, face ao negócio e ao contexto
Identificar a presença de princípios de uma economia plural nas iniciativas, bem como a importância das redes de relações interpessoais no seu desenvolvimento.	Interdependência, rede de relações sociais, reciprocidade, dádiva.

Anexo E - Registo de entrevistas

Entrevista 1

Contacto estabelecido através de uma pessoa conhecida que tem um colega de trabalho cuja mulher ficou desempregada e faz bolos para vender.

Entrevista a Helena, de 37 anos. Realizada a 6 de novembro de 2015, num café perto de sua casa, em Almada. Esta entrevista não foi gravada, pelo que ficaram registados os elementos chave da conversa.

Grupo doméstico composto pela própria, o marido e filha (7 anos). O marido está empregado. A Helena está desempregada desde maio de 2014, quando a empresa em que trabalhava abriu falência. Encontra-se a receber o subsídio de desemprego

Negócio

Venda de bolos de aniversário com decorações, que teve início em maio de 2013. A instabilidade da empresa, mais especificamente, os ordenados em atraso, não permitia que comprasse o bolo de aniversário para a filha. Decidiu ser ela a fazê-lo e partir daí começou a fazer para família e amigos, posteriormente a vender.

Publicita no Facebook e o levantamento dos bolos é feito na sua residência. A divulgação *boca a boca* entre familiares e amigos também é importante.

O preço é determinado conforme o trabalho que tem e não pelo peso. Em média, custam 30€. Os bolos para familiares e amigos são oferecidos. Em 2 anos fez mais de 40 bolos.

Lucro

Primeiro, o dinheiro da venda dos bolos repõe o dinheiro dos custos retirados da conta comum do casal. O que sobra permite a família fazer compras extra – tattoo, jantar fora, tablet para a filha.

Perspetiva futura

É uma questão de gosto e de ocupação. Já pensou coletar-se nas finanças para poder publicitar e fazer contratos com pastelarias (crescer). Mas tem receio de sozinha não poder dar resposta aos pedidos que possam surgir. Assim pretende finalizar o 12º ano, tirar carta de condução. Procurar trabalho.

Afirma que podem considera-la pessimista, mas pensa que o país vai ficar numa situação mais grave do que aquela que se encontra. Mesmo que os políticos digam que está a melhorar.

Com as colegas de trabalho, também no desemprego, pensam em criar uma loja de eventos para crianças. Já viram alguns espaços, mas é uma ideia no ar apenas.

Entrevista 2

Contacto estabelecido através de um colega de licenciatura, técnico de emprego numa ONG, a quem foi exposto o tema deste estudo.

Entrevista a Maria de 42 anos. Realizada a 9 de janeiro de 2015, num café por sugestão da entrevistada, numa zona de fácil acesso de transportes, para ambas.

Grupo doméstico composto pela própria, pela sua mãe e pelo seu filho (4 anos). A Maria está desempregada e a sua mãe é pensionista.

Então é assim...Em 2001, eu sai do país. Fui para Inglaterra e vivi nove anos lá. Tinha um emprego e já lá tinha a minha vida, os meus amigos, tinha tudo lá. Mas entretanto, a minha mãe ficou muito doente e eu tinha de decidir se continuava lá ou se me vinha embora. Até que em 2010, decidi que eu não ia ficar em paz lá estando ela aqui a precisar de apoio, e de outras coisas. Pois, então, decidi que vinha embora.

Em 2010 vim para Portugal e quando cheguei, fiquei desempregada. Vim a saber quando eu já aqui estava que estava grávida. Ainda por cima! Esse foi o ano da gravidez e eu não fiz nada. Depois ele nasceu e eu estive envolvida num projeto social e comunitário que é algo que eu gosto.

Onde?

No Bip Zip, um programa da Câmara de Lisboa. Financiamento que a câmara dá não necessariamente a associações, mas a projetos que tenham como objetivos intervenção no bairro. Eu estive no meu bairro. Foi entre 2011 e 2012. Foi um projeto de 6 meses e no final os mentores do projeto ainda se recandidataram, mas sem resultado. Depois que o projeto acabou lá, em Março 2012, que estou desempregada. Já vai fazer 3 anos.

Teve direito a algum subsídio?

Tive, ainda por meio ano, que depois acabou. Ainda fui pedir mais alguma coisa porque tenho uma criança e tudo. Eles disseram que não porque eu estou no agregado da minha mãe que tem uma pensão de 400€. Então isso é uma riqueza.

Quem faz parte do agregado?

Eu, a minha mãe e o meu filho.

A vida profissional da minha mãe foi de costureira de alta-costura. E eu sempre odiei costura, nunca gostei. Porquê? Porque eu vi-a com 6 filhos, viúva. Ela tinha que nos educar, alimentar. Então, ela trabalhava em casa. Assim, ficava de olho em nós e ganhava dinheiro. Mas isso significava que ela nunca tinha férias. E a casa era tecidos por todo o lado, linhas por todo lado. E não gostava nada daquilo, era tudo sujo. Noites para concluir as encomendas. Eu não gostava

nada daquilo, mesmo nada. De todos os filhos, só eu é que nunca me interessei. Fiz uma licenciatura em literatura portuguesa e inglesa na variante de tradução. Só que eu nunca fiz uso

Onde?

Na Universidade Nova de Lisboa. Eu acabei, mas depois não dei uso.

Nem quando estive em Inglaterra?

Em Inglaterra ainda fiz alguns trabalhos de tradução, mas pouquinhos. O que eu fazia lá era funcionária pública na câmara da cidade. E embora eu não tenha praticado a tradução, eu pratiquei o inglês.

Então, continuando. A minha mãe tinha um pequeno *atelier* de coisas de costura, mas como ela depois adoeceu. Teve de tirar todo o equipamento e pôs tudo num quarto lá de casa. Depois que o Biz Zip concluiu, eu pensei já não estou com aquela coisa de ir trabalhar para outra pessoa. Eu gostaria de fazer algo na área social e comunitária, como fiz e que ainda faço a título voluntário.

Por dois motivos. Um é a rotina das 9 às 6 ou 7. Antes era até às 5. Tenho dificuldade em me levantar da cama, depois de uma semana era despedida porque nunca ia chegar a horas. A minha irmã pergunta-me “Então e como é que fazias em Inglaterra?”. Mas lá a Câmara tinha política de flexibilidade de horário.

O segundo motivo, é que quando regresssei fiquei chocada com a diferença dos salários mínimos. Há 5 anos, eu ganhava perto de 12libras/hora. Não era o mais baixo, mas o mais baixo era 7 libras/hora. Chego cá e é 3€/hora. Eu digo “O quê?! Não acredito!”

Digo assim, com as máquinas que cá tenho, com as tesouras que aqui há e tecidos que ela ainda a tinha. Olha o que eu vou fazer, vou dar uma última oportunidade às tesouras e às agulhas. E então, fui à procura de um curso onde eu pudesse aprender. Eu tinha as noções básicas, via a minha mãe a fazer e às vezes ela chamava-me vem fazer isto. Mas era tão grande a aversão, nem imagina!

Eu descobri um curso de modelista de vestuário de senhora. E eu fui-me inscrever.

Onde?

Em Benfica. O curso era de um ano e eu não tinha de pagar. Eles ainda me pagavam o subsídio de alimentação e o transporte. É pouquinho, mas eu não tinha de pagar e estava a aprender. Estive lá 1 ano.

Quem procurou o curso? Como chegou até ele?

Eu já conhecia essa instituição que tinha outro outro nome, porque tive irmãos que estiveram lá em cursos de costura. Dos 6 só eu é que trabalho agora com costura. Não! Há uma irmã. Até foi a que estive em mais contacto com a costura com a minha mãe, porque ela é surda. A minha mãe viu que ela poderia ter dificuldades em ter outros empregos, então ela ficou mais com esta irmã.

Hoje é a única que tem um *atelier* de arranjos de roupa em Inglaterra. Ela é que fez o seu próprio negócio lá. Ela é a única que se dedicou mesmo a isso. Eu estou a reintegrar.

O curso que fiz, de abril de 2013 a abril de 2014, foi de vestuário de senhora. Mesmo indo fazer este curso, eu ainda tinha dificuldades na apreensão das coisas porque era eu que tinha que tirar as tuas medidas e fazer o teu molde para depois ir cortar e ir fazer. Estive lá um ano e tal e mesmo assim é difícil isso.

Já entendo melhor. Mas o que acontece é que numa das primeiras aulas desse curso, a nossa professora ensinou-nos a fazer um molde de uma bolsa que depois a gente cortou em tecido e costurámos. Cada uma fez a sua, com o objetivo de no final servir para colocar lá os nossos materiais – tesouras, agulhas, linhas... Eu adorei fazer esta bolsa! Só uma, mas aquilo ficou tão bem e eu adorei. Eu disse “Mas eu é que fiz?”. Surpresa por ter feito aquilo.

Cheguei a casa e fui produzir isso para uma das minhas irmãs e duas cunhadas. E fiz e pensei “Já fiz mais, eu não acredito!”. E aí pensei, é aqui que é mais criativo. A roupa é muito técnica e o tem de ser assim, assim, assim, não é comigo. Com as bolsas encontrei a motivação. E eu própria é que fui vendo, individualmente desenvolvendo aos poucos porque eu não tinha muito tempo. O curso era das 9h às 17h todos os dias. Depois o meu filho.

Por isso é que eu disse que não é ainda um negócio porque não tive tempo para avançar. Porque fui fazendo isto em paralelo ao curso, que me ocupava a maior parte do tempo.

Eu logo vi que os arranjos não são para mim. Que eu necessito algo mais criativo, mais inspirador do que só bainhas. Não tem a ver comigo. Não estou a minimizar esse trabalho. Também faço bainhas...

Há aqui mais uma coisa. Quando eu concluí o primeiro curso de vestuário de senhora, no final dão-nos um mês de estágio numa empresa. E eu fiquei num *atelier* que é aqui próximo, onde a pessoa fazia um pouco de tudo. Roupa por medida, arranjos, de tudo. Ela é ótima! Tinha uma cliente que é dona de uma empresa de acessórios de criança e maternidade. Isto é, a pessoa com quem eu fui estagiar fazia bolsas de maternidade e de crianças para essa cliente.

No meu estágio, a minha tutora sabia o meu gosto por acessórios e por isso dava-me essas coisas para eu fazer. Tive a oportunidade de desenvolver mais a ainda as minhas técnicas de acessórios e malas e com diferentes tecidos.

Quando é que começou a vender?

Em Agosto. Uma das minhas cunhadas gostou tanto da bolsa que lhe ofereci, que me fez a primeira encomenda de 6 bolsas para ela ir oferecer às educadoras da creche do filho dela. Com essas encomendas é que eu tive a possibilidade de diversificar no modelo.

Tinha umas que eu fiz em casa e tive a visita de uma outra cunhada que é espanhola. Ela viu e comprou-me logo 50€. Eu fiquei estúpida.

Há muitas pessoas a fazer este tipo de coisas, e eu quis diversificar do que já existe. Como sou africana e como a minha mãe tinha lá alguns cortes de tecidos africanos. É um material com o

qual eu me identifico e não há aí assim muito. Já se começa a ver um pouco mais, mas é ainda pouco. Eu quis apostar nisso. Algo diferente.

Os que eu tenho ainda são da minha mãe. E os poucos que eu já adquiri, comprei 3 na Alemanha quando lá estive. O pai do meu filho é alemão. No bairro onde ele vive, há uma loja. Outros aqui ofereceram-me. Pessoas que tinham em casa e não usam, então, deram-me. Eu ainda não estou a comprar grandes quantidades porque ainda tenho estas.

Eu sou da Guiné Bissau e tenho lá ainda família e se eu precisar, posso pedir-lhes. E aos poucos aqui e ali. Amigos e familiares iam lá a casa, eu mostrava o meu trabalho. Elas depois gostavam e compravam isto ou aquilo.

Este tempo em que eu estive no curso que acabou em finais de abril.

Depois fui-me inscrever noutra curso. Num que me interessava, no de modelação de criança que durou de junho até finais de novembro.

Com os dois cursos que tive, as bolsas têm sido um apalpar de terreno e verificar como é que as pessoas reagem. Tenho tido algumas encomendas de pessoas que vão a casa e também de pessoas que viram as minhas peças através de outras.

Através do Facebook?

No Facebook ainda só tive 3 encomendas. A maior parte das encomendas é *boca a boca*.

Considerando que aqui há uns tempos, eu não tinha nenhuma encomenda, 3 já é um começo. Uma delas teve a ver com o Natal. Outra é para Inglaterra, uma encomenda de 5 bolsas. E o pai do meu filho está cá e pediu uma encomenda no valor de 30€ para ele levar consigo para a Alemanha.

Assim aos poucos. Estou contente e a ver o que é que dá.

Já tenho o Facebook há um ano e tal, mas a ideia inicial até era para divulgar arranjos de roupa.

Particpei uma vez numa feira, mas não se podia vender. Era só mesmo divulgar.

O preço?

A peça mais barata que já fiz custou 1,5€. A peça mais cara foi 28€.

O que tem feito com este dinheiro? O que permite no dia-a-dia?

Não me permite muito. Como disse, o número de encomendas ainda não é tão grande.

Desde que eu comecei, em agosto, até agora fiz mais ou menos 460€. O que não é muito.

Junta ao seu dinheiro do dia-a-dia? Ou põe de lado?

Pus de lado até há uns dois meses. Isto porque quem me tem sustentado é a minha mãe. Ela é que paga água, luz, telefone e a comida. Então, nos últimos dois meses eu tirei esse dinheiro para começar a contribuir e já tirei 250€. Quando se começa a tirar é tão rápido.

Eu tinha este propósito: tudo o que eu ganhasse com as máquinas de costura da minha mãe, tirava 10% do que eu ganhar para os meus irmãos. Isto porque as máquinas são como que uma herança nossa. Embora eu é que esteja a utiliza-las, mas são de todos. A minha mãe quando eu lhe disse isso, disse “Não, não, não! Os 10% são para mim porque as máquinas são minhas”.

E como é que ela vê o facto de estar a trabalhar com as máquinas?

Não vê muito bem. E diz-me até que eu devia tentar vendê-las e não me envolver com a costura, pela vida que ela teve. Mas, eu estou com umas ideias aqui, com uns projetos que eu gostaria de implementar que passam por desenvolver mais este projeto e outras coisas também. Não te digo ainda o que é porque está tudo ainda em estudo.

Imaginava-se a fazer isto há 5 anos quando voltou de Inglaterra?

Não, não. Queria a costura, tesouras, tecidos máquinas longe.

A motivação inicial era portanto diferente da atual. Agora já fala em projetos.

Não sabia no que é que isto ia dar. Eu só queria ir aprender, explorar esta possibilidade. Se depois, no meu percurso eu sentisse que não gostava, iria abdicar. Eu tinha tentado, mas visto que não dava. Eu inscrevi-me num curso para uma coisa e terminei a fazer outra. Adquiri outra, como se diz, *skill*. Eu via pessoas a fazer e eu ficava “ai que giro, sabem fazer tão bem” e agora também sei fazer.

A sua rede de amigos em Inglaterra também está a par deste negócio?

Estou a começar agora a divulgar. Até aqui tenho-me fixado aqui, mas eu gostaria de expandir um pouco. Mesmo antes disto se estabelecer em negócio, já tive peças a ir para Inglaterra para Espanha. Não é?

Regressou em 2010 para Portugal, no início da crise. Como é que vê a realidade em Portugal? Sente que há apoios? Como são as condições de vida?

Eu acho que isto ainda está muito mal. Eu não quero bem dizer bem isto, porque não sou uma pessoa pessimista. Em termos de apoios, isso sim. Eu recebo 29€ do abono de família. Eu pago 25€ da creche. Fico com 4€ para tudo mais.

O pai do meu filho está desempregado. Lá ele tem apoio, subsídio de desemprego. Mas dá um montante mínimo por mês.

O que eu estou a gostar de ver é que há a oportunidade das pessoas irem fazer formação. Quer dizer, há formação disponível para as pessoas se equiparem com novas skills.

Uma das coisas que eu estou a pensar em fazer é ensinar. Porque há pessoas que estão interessadas e eu até gostaria de unir o útil ao agradável. Oferecer formação a preços reduzidos a quem se interessar.

No fundo, pode-se encarar o desemprego de 2 formas. Uma “ai que chatice estou desempregado, que horror”. Outra é vê-lo como uma oportunidade para outras coisas. Eu estou a encarar da segunda forma. Espero que dê!

Olhar de 2014 para 2010, eu acho que há uma melhoria. O ambiente estava mais pesado. Agora está um bocadinho mais limpo.

Entrevista 3

Contacto estabelecido através de um colega de licenciatura, técnico de reinserção social, a quem foi exposto o tema deste estudo. Sabia de uma senhora que vendia os salgados no café perto do seu trabalho. O dono do café foi intermediário, embora demonstrasse algum receio pois não queria problemas com as finanças para ele, nem para Antónia.

Entrevista a Antónia de 74 anos. Realizada a 4 de março de 2015, no café para onde vende os salgados, em Almada. Esta entrevista não foi gravada pois não foi dada autorização. Apresenta-se apenas um resumo da informação recolhida.

Grupo doméstico composto pela própria, o marido e neta (21 anos). Os elementos do casal são pensionistas. A neta frequenta a universidade e é dependente dos avós.

A cozinha é uma coisa que gosta. As coisas saem-lhe bem, afirma. Antónia sempre foi cozinheira. De restaurantes a casas privadas, sempre fez muitos banquetes e casamentos.

Esteve em Luanda quase 11 anos. Conheceu lá o marido e a primeira filha nasceu lá. Chama marido, mas nunca se casaram.

Venderam fruta e legumes no mercado em Almada durante muitos anos. Em paralelo, sempre vendeu os seus doces e salgados. Há muitos anos fez os salgados para um casamento e agora vai fazer para o batizado do neto desse casal.

Nas épocas festivas sempre fez doces e salgados para oferecer. Oferecia a algumas colegas do mercado, e também à vizinhança.

O dinheiro que faz da venda dos produtos no café, único local onde vende atualmente, permite viver sem tocar nas poupanças. A sua pensão mais a do marido perfaz um total de 600€. O filho diz-lhe para ela deixar de trabalhar e usar as poupanças da vida, mas ela diz que não consegue, que vai trabalhar enquanto poder. Já ali vende há já 12 anos.

A neta estava presente e confirmou que a avó não consegue pensar em gastar das poupanças. Quando a neta entrou na universidade, ofereceu-lhe um carro.

Entrevista 4

Contacto estabelecido através de uma pessoa conhecida. Encontrando-se esta em situação de desemprego, perguntou-se se tinha conhecimento de mulheres que tivessem pequenos negócios informais.

Entrevista a Leonor de 49 anos. Realizada a 8 de abril de 2015, numa esplanada perto do local de trabalho da Leonor, no centro de Lisboa, durante a sua hora de almoço.

Grupo doméstico composto pela própria, o marido, dois filhos (uma rapariga de 16 anos e um rapaz de 12 anos). Os dois elementos do casal encontram-se empregados.

O seu negócio começou quando e porquê?

Começou há 5 anos, mais ou menos. Mas eu já fazia coisas antes. Tinha outro negócio de bijuteria, uma coisa que há tenho há 11 anos. Está um pouco desativado porque eramos três e as outras duas pessoas, uma desistiu primeiro. Ao fim de 4 anos desistiu, e depois a outra também. Mais uns anitos e mantivemo-nos as duas e ela acabou por não ter tempo. Eu também acabei por ficar 1 ano parada. Esse projeto era bijuteria, t-shirts customizadas e tínhamos alguns acessórios para além da bijuteria.

Depois estive um bocado parada, o projeto ficou em *standby*, ainda está. E a seguir eu achei que devia dedicar-me à costura. Sempre tive em casa pessoas, a minha mãe era costureira. Não aprendi agora, aprendi com ela. Gosto imenso de costura e então comecei a dedicar-me à costura. Costumo dizer que nunca vi o tampo da minha mesa da sala, quando era miúda.

Comecei a fazer de raiz, as minhas raízes são costura. Comecei a fazer capas para ipad, agendas e livros. Fiz uma feira (Natalis), em 2011, não correu muito bem. A partir daí tem sido este o meu projeto. As coisas mais recentes são as alças para as máquinas fotográficas.

A sua motivação vem da costura estar presente...

Sim. É assim, eu não consigo estar parada. Isto começou há 11 anos porque há 16 anos tive a minha primeira filha e depois há 12, faz hoje 12 anos tive o meu filho. Assim que ele tinha um ano eu comecei.

Eu trabalho no ramo de informática e é um trabalho muito de cabeça e eu preciso de coisas para as mãos. Preciso de pintar, também pinto. Preciso de algo mais manual. É mesmo um *hobbie* que me rouba tempo ao sono. Como trabalho e tenho miúdos, quando eles se deitam é que começo a fazer coisas. Entre as dez, que nunca é dez, e a meia-noite e aos fins-de-semana. Aí é que me ponho a trabalhar, e dou largas à minha imaginação.

Não foi realmente por uma necessidade de crise. Até porque comecei há 11 anos. E há 11 eu anos eu vendia tudo o que fazia e hoje não.

Como é o processo de divulgação?

Neste momento é através do Facebook. Antigamente era feiras e era *boca-a-boca*. O Facebook não estava divulgado desta maneira. Também organizávamos alguns *workshops*, que chamavam muita gente.

Agora é pior. Porquê? Há tanta gente a por coisas no Facebook, tanta gente em feiras. E é muito complicado. Eu há 11 anos vendia tudo o que queria, tudo o que eu fazia. O que veio atrapalhar não foi o Facebook, foi mesmo a crise.

Tínhamos um *site* e fomos contactadas através do site para irmos a feiras, até no norte do país. As pessoas iam acordado um bocado para a internet. Hoje já não é assim. Além de haver muita gente a fazer muita coisa. E há de tudo. Há muito bons, há muito maus. Há pessoas que imitam. Há de tudo e é tudo igual.

Mas para além disso, hoje em dia o que eu noto é o que vende é ter alguém que seja vedeta e que use as coisas. As coisas até podem não ser inovadoras e originais, mas se houver uma figura que compre e use. É um bocado assim, temos de cair em graça para vender.

Há muita oferta, pessoas que começaram há 11 anos desistiram. Não continuaram. Ficaram algumas. Como também há muita gente agora, que se calhar daqui a 2 anos não está a fazer nada disto.

Agora também há imensos *workshops* de costura criativa, mais um nome que está na moda. São caros e em alguns temos de levar a nossa máquina de costura. Nós fazíamos a divulgação dos nossos *workshops* nos jornais “Metro” e “Destak”, agora nem respondem aos emails.

Continua a fazer feiras?

Sim, mas nas últimas não vendi nada, absolutamente. Fiz uma em fevereiro e outra no Natal. No mercado de Campo de Ourique, no Lx Market.

Houve uma altura que desisti das feiras. Não vale a pena, uma pessoa está ali um dia e não rende. Vendo mais através do facebook, do *boca-a-boca*, do OLX . O OLX é uma surpresa e há muitas coisas que surgem lá. Cada vez mais as pessoas estão à procura de coisas baratas.

Costumo vender a colegas, mas eu não me sinto a vontade a divulgar no meu trabalho as minhas peças, vendo melhor as dos outros.

Relativamente ao dinheiro que faz ou fazia ou que lhe permite ou permitia fazer?

Quando o primeiro projeto terminou deu para pagar metade de um carro em segunda mão. E foi a dividir por três. Usávamos o esquema da caixa fechada, tudo o que ganhávamos ia para a caixa, que passou a ser uma conta num banco. Esse dinheiro era para tudo o que comprávamos e fizemos duas viagens dali. Fomos a Madrid a uma feira para comprar peças a preços de revenda. Fizemos uma outra a Barcelona.

Nós gostávamos de trabalhar com uma peça de cada, mas pediram-nos uma coleção de 12 peças, que pudéssemos repetir. Nessa altura tivemos de ter stock.

E quando dividimos, quando acabou foi cerca de 1500€ a cada.

E agora?

Agora, é uma questão de apenas...eu faço porque gosto de fazer e espero que venda. Obviamente que se vender posso investir noutras coisas, pois não vou pôr mais dinheiro inicial. Não dá nada. A minha escala é muito pequena, não estou muito exposta.

E acaba por ser informal, certo?

A minha é. Quando queremos dar outra dimensão, ou se vê que aquilo vai dar. Se um produto meu vendesse muito, se calhar ia-me inscrever nas finanças para poder ter tudo legal. Agora se isso não acontece, é muito complicado. Eu por acaso, trabalho por conta de outrem e ainda tinha ali um ano de isenções de qualquer coisa. Mas é muito complicado.

Há pessoas que eu conheço que se foram inscrever. E que agora têm de pagar ao contabilista e aquilo está muito complicado. Pois não é uma coisa linear.

Vende-se bem no natal, até 5€ vende-se tudo. Em janeiro não se vende nada. Fevereiro também, e depois o março...depende do tempo. Se estiver bom tempo, as pessoas lembram-se que têm de comprar roupa para o verão.

Como é que vê esta atividade no futuro?

A minha? Gostava de poder ver coisas, mas não vejo nada. É muito difícil crescer, eu para poder crescer, para ter mais produtos. Digamos, antes de alguém gostar muito dos meus produtos, eu quero fazer um investimento e atacar em grande... tenho de arranjar pessoas que trabalhem, por exemplo, na costura. E são tão caras. A costura é muito bem paga. Elas estão a pedir um preço alto. Se calhar já está mais baixo desde há 2 anos, pois aumentou o número de lojas de costura. E formação também.

E há muita gente, mesmo imigrantes, que vêm e trabalham em costura. Há uma serie de casas que eu conheço que trabalham lá imigrantes, mas são caros na mesma. Eu não estou a ver nenhum futuro em crescer.

E costuma fazer ofertas?

Não é para toda a gente, mas para alguns. Tento sempre fazer coisas diferentes na altura do natal. Assim ficam com uma peça única. No infantário cheguei a dar 7 peças, agora já nenhum infantário tem 7 pessoas a acompanhar as crianças.

Enquanto mostrava as peças que produz, Leonor partilhou também:

Há muitos fornecedores chineses, mas são maus. Na bijuteria, há coisas que misturo, para não ficar com os preços muito altos. Mas isso não é o que eu gosto de fazer, mas toda a gente faz. As peças para as alças das máquinas fotográficas, por exemplo, têm de ser importadas. Isso é o que me dá gosto fazer, costura.

Não sei se já lhe falaram deste problema. A gente farta-se dos tecidos que temos em casa. Eu tenho caixas e caixinhas com peças e pecinhas e tecidos que já utilizei em tudo e mais alguma coisa. Portanto, era ótimo haver um site de trocas destas coisas, de tecidos e de peças. Eu não sei o que fazer com as minhas, mas com certeza há pessoas que sabem.

Entrevista 5

O contacto foi estabelecido diretamente com a Carolina após ter visto as bolachas à venda na entrada de um cabeleireiro, em Lisboa.

Entrevista a Carolina de 47 anos, realizada a 23 de maio de 2015, numa feira em Algés onde estava a vender os seus produtos.

Grupo doméstico composto pela própria, que se encontra desempregada desde 2010.

Quando é que começou este seu negócio e porquê?

Eu trabalhei sempre em empresas e sai em 2010 da última. Após 10 anos a trabalhar arduamente, fiz a preparação da abertura em Portugal. Estive em várias áreas. Era responsável por um determinado departamento, era responsável por uma equipa de vendas, de gestão de *stocks*. Mas era super desgastante, quer em horários, quer em pressão de objetivos. Portanto é um nível de chefia em que está tudo em cima. Foi difícil e estava bastante desgastada. Acabei por sair.

Saiu por iniciativa própria?

Foi por mútuo acordo, juntaram-se as duas situações. Depois destes anos todos a trabalhar na empresa daquela forma, a minha motivação era estudar, porque sentia que estava muito parada. Era experimentar coisas diferentes, que não tinha tido oportunidade por estar a trabalhar tanto e com os horários que eu tinha. Acabei por fazer cursos de curta duração, fui aprender mandarim, cursos relacionados com história de arte que é uma coisa que eu gosto. A minha ideia, nessa altura, era desenvolver uma linha virada para os turistas. Com coisas relacionadas com o património português. É uma linha que não está abandonada, mas fui avançando com outras. Entretanto, a minha mãe também faz algumas coisas e começou a ter produto e não escoava. Comecei a contactar uma loja e outra para as coisas da minha mãe, não nesta área das bolachas. Até porque eu nunca fui pessoa de cozinhar, nem de estar para aí virada.

O que me aconteceu foi que fiz um curso gratuito no Instituto Superior de Gestão, relacionado com negócios criativos. Foi um curso de apenas uma semana, mas foi uma abertura de perspetivas. O formador era excecional. E logo no primeiro dia eles perguntaram qual era a ideia de negócio e eu falei sobre a linha para turistas. Mas depois vim para casa e comecei a pensar... Era uma coisa que eu achava que fazia falta nos cafés em Lisboa. Uma pessoa vai beber um café e quer comer um bolinho, mas uma coisinha pequena. Um bolo é uma coisa massuda e cara. Pensei, isto aqui é uma oportunidade de negócio. Então comecei a pensar, a fazer contas. Quase não dormi nessa noite.

No dia seguinte já tinha uma ideia totalmente diferente e fui desenvolvendo essa ideia. Pareceu-me que era viável, mais do que qualquer uma das outras. Não abandonei as outras. Esse é um problema, eu tenho muitas ideias, muitos projetos e tenho de me focar.

Acabei por fazer o plano de negócios desta ideia e comecei a testar, a fazer bolinhos e bolachas. As bolachas foram as que foram saindo mais regularmente. Fui experimentando receitas e vendo o que é que as pessoas gostavam. A partir daí nunca mais parei com as bolachas. Desde agosto de

2013. Passei a fazer todas as semanas, não tinha ritmo de produção e não estava habituada. Eram coisas que não fazia habitualmente. Acho que nunca tinha feito bolachas antes.

E assim foi, hoje vendo bolachas todas as semanas, nas feiras ou a particulares. E vou desenvolvendo outras coisas em complemento. Ainda não estou num nível de ter só um produto. Mas ainda não tenho variedade.

Já tem algo oficializado?

Pensei nisso, no início. A ideia era mesmo essa, constituir empresa. Todas as pessoas que eu falei disseram-me para eu não fazer isso, “tenta tudo ao máximo sem ser legalmente, vai até à última”. Acho que esse foi um bom conselho. Agora quero passar a outra fase, quero pedir o licenciamento da cozinha para poder tudo formal.

Não é só abrir atividade económica, ter a cozinha licenciada e curso de HAACCP, que já fiz. O licenciamento da cozinha implica inspeção da ASAE, da Câmara e da autoridade veterinária.

Os utensílios já tenho separados, comprei especialmente para isto. Higiene é o mais importante. Os produtos mais complicados são os ovos, tirando isso não tenho grandes riscos.

Começou a pensar nisso há quanto tempo?

As coisas levam sempre mais tempo do que é previsto. Para a questão do licenciamento tinha de pedir autorização no condomínio. Já a tenho, demorou não sei quantos meses.

A partir daí vai ser a marca. Estou a estudar uns rótulos diferentes, porque estes são todos feitos à mão. Quero fazer mais produtos, compotas e licores, para poder chegar a mais sítios.

Em termos de distribuição, começou pelas feiras?

Não, primeiro foi particular, depois foi lojas e depois as feiras. As feiras foi uma coisa mais recente.

E compensa?

Não, neste não está a compensar. Praticamente o que vendo cobre os custos e algumas vezes nem isso. Não dá para depois. Até agora tenho andado sempre a investir.

Tem feito muitas feiras?

Sim. Aqui, no Castelo, na Mouraria, em Oeiras, as feiras da bagageira. Vou experimentar. Tento fazer feiras onde haja turistas

E paga?

Sim. Aqui hoje é 15€. Há umas que são 20, 25, 40€. Isso é outro negócio que há, as pessoas que organizam as feiras ganham imenso e não dão condições nenhuma.

E através do Facebook?

No Facebook não vendo nada, é mais um cartão-de-visita. Tem que ser ter! Hoje em dia, quem não tem Facebook não existe.

Relativamente à receita o que lhe permite na sua economia?

Nada. A margem é muito pequena, tem muitos custos e muitas horas de trabalho. Não me dá para pagar as contas. O que recebo volto a investir.

Agora comprei chapéus para vender no verão. Também tive de comprar a tenda e as mesas para vender nas feiras. Queria comprar uma tenda melhor, mas comprei esta mais baratinha

Conhece muita gente nas feiras?

Há muita gente. Muitas situações diferentes. Tenho ali um amigo que durante a semana trabalha num banco, e aos fins-de-semana faz feiras. Para ele funciona como um antistress, faz pulseiras. Gosta imenso disso e ele vende.

Há muitas feiras e cada vez mais gente. Está a ficar saturado. As pessoas que fazem há muitos anos queixam-se mais.

Relativamente à sua vida, como perspetiva este negócio? Se amanhã surgir um emprego?

Sim, aliás eu estou à procura de um part-time. Se tivesse um part-time seria a situação ideal, pois podia conjugar. Agora um trabalho a full-time, como o mercado está, é muito complicado. As condições são muito más e não há. A questão da idade, há muitos fatores.

Agora até se nota que as coisas estão a recuperar um bocadinho. Nota-se um aumento da oferta, mas as condições de trabalho baixaram muito. Não sou otimista nesse aspeto. Mas aqui também não vejo futuro. Tenho experimentado diversas coisas e não vejo futuro nisto. Portanto, não sei.

Estas outras peças são feitas pela sua mãe..

Sim, ela faz para ocupação e mais recentemente, tem sido mais para me ajudar. Tem feito mais quantidade para me ajudar. Tenho de ter quantidade para vender. Mas ela é criativa e gosta. Quando vende fica entusiasmada, quando não vende, pára a produção. Também é bom para ela.

Tem filhos?

Não, sou solteira e sem filhos. Vivo sozinha, mas também tenho contas.

Fala-se muito que há imensos apoios, que há imensa gente a ter sucesso com o negócio. Mas eu acho que não é bem assim. Eu andei a ver.

Do seu negócio, quais são as vantagens e desvantagens que vê?

Eu tentei até ao máximo vender sem ter atividade, mas estou no me limite. Há feiras em que exigem que se tenha atividade aberta. Mesmo aqui pode vir a inspeção e levar-me o material todo. É um risco que aceitei correr até agora.

Agora estou a ver se compensa o esforço e investimento. O próximo passo passa mesmo pela formalização que me vai permitir ir a uma serie de lojas, que agora não vou até por uma questão de imagem. Quero passar uma imagem séria.

Assim, a formalização vai trazer-me a vantagem de aumentar o meu mercado. Mas também vai trazer mais custos. O principal é a segurança social. É uma situação em que devia haver um período de carência até se alcançar um determinado nível de vendas. Deve-se pagar, mas devia haver alguma facilidade.

Os seus rendimentos são da indemnização que recebeu?

Sim. Tenho investido com a indemnização que recebi do último trabalho. Se tivesse saído sem nada, não sei, aí não sei o que teria acontecido. Porque não tinha tido tempo para experimentar isto a este ritmo.

Mesmo que eu agora arranjasse um emprego, o que seria bom mas não resolvia a minha vida. Eu quero uma coisa que eu vá construindo. É assim, eu trabalhei tanto para empresas, aprendi tanta coisa, tantas ferramentas, tenho de tirar partido disso e construir qualquer coisa para mim. Não estou a pensar só no imediato. Mas daqui a 5, 10 ou 15 anos o que é que eu vou estar a fazer? Uma coisa que eu goste, não é? Agora trabalho imenso, mas trabalho com outro gosto. Trabalho para mim, é criativo, tenho a liberdade de escolher o meu horário. Uma série de coisas que eu não tinha. São coisas que me agradam muito. A questão financeira é que é pior.

Entrevista 6

Contacto estabelecido numa feira em Lisboa após ter observado a Eduarda a vender. Porém a sua venda é discreta, por causa da fiscalização, e foi necessário estabelecer o contacto através de um contacto privilegiado, uma outra vendedora regular nesta feira.

Entrevista a Eduarda de 55 anos, realizada a 23 de maio de 2015. Conversa breve entre as bancas da feira.

Grupo doméstico composto pela própria, o marido, três filhas (12,14 e 16 anos). Os dois elementos do casal encontram-se desempregados.

Sei que vende uma banana muito boa.

Sim, sim. Eu tenho feito banana (banana frita – cada saco 1€) e coisas para vender. Estou a ver se abro um restaurante, assim um pequeno café. Já tive um, mas o local não era apropriado, eu tive de fechar.

Onde era?

Em Odivelas, Caneças.

E agora está desempregada?

Sim, mas fui a uma entrevista. Parece que foi dia 19, terça-feira. Só que o senhor quer para trabalhar domingo. Eu não posso trabalhar domingo. Uma mãe de família não pode trabalhar domingo.

Quantos filhos tem?

Tenho três, menores. Sabe? Hoje em dia se não ficar de olho, você perde.

Até na escola há corrupção, até dentro da escola. Antigamente a gente tinha segurança na escola, mas agora não. A escola antigamente era a segunda casa. Mas agora, escola é a segunda rua. Se você não orientar, se você não estiver em cima, você perde.

Quais são as idades dos seus filhos?

Uma tem 16, outra 14 e a mais nova tem 12.

Três meninas?

Sim, três meninas. Mas eu tenho mais. Tenho mais 3, já são crescidos. Estas é que são menores e estão na idade complicada. Eu não posso trabalhar domingo.

Procura ofertas para cozinheira?

Pois, pois. Para cozinheira, ajudante de cozinha, o que aparecer. Essas coisas. Segunda-feira vou procurar mais.

Recebe subsídio de desemprego?

Não tenho. Elas até falaram se eu recebo subsídio. Eu não quero subsídios, eu quero trabalhar. Eu vou receber aquilo, eu vou acomodar. Eu me sinto bem.

Aqui na feira há quanto tempo é que vende?

Isto há pouco tempo. Eu comecei a vir com mais moças. Fazíamos licença e vendíamos umas roupinhas. Mas depois vi esta banana e pensei “vou ver se eles gostam”. Então continuei. Não dá para muita coisa, mas pronto.

Dá para ajudar nas despesas da casa?

Não dá para ajudar nas despesas porque o pai... Eu estou com o meu marido, ele também não está a trabalhar, mas tem fundo de desemprego. Estamos numa casa que pagamos 250€ da casa e às vezes aparece umas coisas para ele fazer.

Há pouco tempo tive um trabalho no hospital. Eles gostaram do trabalho e fiquei lá. A empresa fez o contrato, mas havia uma confusão lá. Os cozinheiros.... Há muito serviço lá. Uma cozinheira estava de baixa, eu fui fazer a baixa. Mas a senhora ficou com medo que eu ia ficar com o lugar dela, sei lá. Fez trinta por uma linha. Fiquei lá 15 dias. O cozinheiro queria que ficasse, gostou do meu trabalho.

E vem aqui todas as terças e aos sábados?

As vezes não venho.

Já me disseram que para além das bananas, faz um peixe e um caril muito bons..

Já lhe disseram?

Mas é muito perigoso fazer isso aí. É proibido. Não vejo a hora de arranjar um trabalho. Ainda há dias tive problemas aí com a polícia.

Estou aqui na feira desde que estou desempregada, mas já conheço a feira há muito tempo. Vinha com as moças e tirávamos licença, mas nem sempre. Era mais no mês de agosto.

Depois eu vi a necessidade das pessoas que não têm nada (para comer). Então decidi fazer banana. Depois vieram outros, eu quero comida. Comecei a fazer um bocadinho, para algumas pessoas. Já sei os alimentos que eles gostam. Eles pedem, reservam. Venho só entregar.

Tem uma que vende ginguba, amendoim. Uma que vende pastéis de peixe. Hoje não vi ela. Ela tem apanhado multa.

Vende em mais algum sítio?

Não, é só aqui. É verdade...eu sei.. Isto faz parte do teu estudo, não é Joana?

A mulher chega à frente. Eu tenho experiência na minha vida, já tenho 55 anos e dois casamentos.

E é engraçado, eu também comecei a fazer negócio muito cedo. Eu lembro, eu fazia às escondidas. A minha mãe sabia, o meu pai não. O meu pai era intelectual na altura e trabalhou nos serviços públicos. E a gente estudava e ele não queria que a gente tivesse falta de nada, nada, nada.

E eu ia com as minhas amigas para o campo onde metiam a cana-de-açúcar. Eu ia comprar lá cana-de-açúcar e metia assim num feixe e carregava na minha cabeça. Eu e as minhas amigas íamos vender no mercado. Mas sabia a hora que o meu pai chegava e onde ele estava, eu não chegava ali. Estava lá com as minhas amigas, minha mãe sabia. O meu pai nunca soube. Olha!

Fiz comércio em Angola e vi para cá. Estava a pensar, eu tenho vontade de ter a minha coisa própria. Estava a pensar que eu e o meu irmão podíamos ter um negócio juntos. Assim comércio. Ter alguma coisa e ser independente.

Mas já teve um restaurante?

Tive um pequeno café durante 8 meses, tinha tudo. Licença, alvará, atividade aberta, mas não resultou. Eu cancelei, tenho todos esses papéis. Não estava a resultar. Queria que o meu marido ficasse ali, em vez de ir para França trabalhar. E eu ficava a trabalhar no meu patrão. Até criar segurança.

O homem e a mulher são duas cabeças diferentes. O ser humano é todo diferente.

O seu marido agora está cá?

Sim, está cá. Está no fundo de desemprego. Faz uns pequenos trabalhos, hoje está a fazer uns pequenos trabalhos numa senhora engenheira.

Com o que ele ganha para pagar 250 de renda, água, luz e comer..

O que tira daqui dá para pagar as contas?

Que contas?! Que contas?! Para remediar e ajudar, tudo bem.

Para as compras do mês?

Que compras do mês?! Qual quê?! Pego nesse dinheiro que ganho, 30 ou 40€ e vou comprar uns sapatos, umas calças para as minhas filhas. Comprar umas coisas para elas não terem falta. Temos uma feira lá que às segundas-feiras vendem coisas, com etiqueta, baratas.

Se eu não comprar para as meninas, até posso pagar as contas da água e luz que são mensais. São 30 e poucos euros. Mas este dinheiro invisto nelas.

Entrevista 7

Contacto estabelecido diretamente, perguntando à Ana se conhecia mulheres que tivessem negócios que vendessem para fora. Ela respondeu que ela própria fazia doces e salgados para vender.

Entrevista a Ana de 46 anos. Realizada a 1 de julho de 2015, no local onde a Ana trabalha como empregada de limpeza. Por este motivo, a entrevista decorreu de forma célere.

Grupo doméstico composto pela própria, dois filhos (19 e 26 anos) e a neta (15 meses). Ana ficou desempregada e com ordenados em atraso, o filho mais velho é estudante-trabalhador.

Qual é a atividade que desenvolve?

Eu faço salgados e alguns doces. Sobremesas. Bolos não garanto.

Porque é que começou a fazer essa atividade?

Já fazia, mas não era por precisar. Em abril deste ano comecei a fazer porque precisava.

Antes algumas pessoas sabiam que eu fazia e pediam-me para casamentos e batizados. Eu gosto de fazer.

Porque começou a precisar?

Em abril fiquei desempregada, depois de 20 anos a trabalhar na casa de uma senhora. Saí de lá pois já tinha 10 meses de ordenado em atraso. Vinte anos lá e saí com uma mão à frente e outra atrás. Ela diz que eu sou uma ingrata.

Passsei a fazer todos os dias e a vender para as colegas de trabalho do meu filho, e amigas delas. Agora continuo a fazer. Arranjei este trabalho, mas o horário dá para eu fazer quando tenho encomendas.

O seu filho vive consigo?

Sim. Vivo com os meus dois filhos (19 e 26 anos) e a minha neta de 15 meses. Ela vivia com a mãe, mas em Abril veio viver connosco.

Então tem também o abono da sua neta?

Não, continua a mãe a receber. O meu filho ainda não foi tratar disso, ele diz que vai quando estiver de férias.

E quais são as suas despesas?

Nessa altura fiquei (abril) com a renda da casa em atraso, agora estou a pagar aos bocadinhos todos os meses. Também pago a faculdade do meu filho, mas ele tem um part-time num *cal center*. A creche da minha neta não é cara porque é da santa casa e tem lá assistente social.

O dinheiro da venda dos salgados deu-lhe para que despesas?

Comprar o gás e coisas do dia-a-dia. Pão, queijo, fiambre, gasolina para o carro. Já me deu um grande avanço. Não era para despesas grandes, mas ajudou bastante. Especialmente quando não tinha trabalho (de abril a junho).

Quanto custam os seus produtos?

Uma dúzia são 5€.

Não é barato?

As colegas do meu filho também dizem isso, mas assim é bom. As pessoas falam, ficam a conhecer e pedem-me coisas. Talvez para as próximas vezes possa pedir 6€.

Tem ideia de quanto conseguiu fazer no mês de abril?

Não sei.

Cem? Duzentos euros?

Não chegou a tanto.

Ainda quando estava no trabalho anterior como geria os ordenados em atraso?

Eu fazia umas horas de limpeza por fora. Um condomínio, umas escadas... Senão fosse este dinheiro, eu não sei como conseguia.

E se não tem começado a vender os salgados como tinha gerido o seu orçamento?

Ai! Nem sei. Mesmo assim fiquei com a renda da casa em atraso. Nem sei.

Vê se a continuar a fazer esta atividade?

Sim, enquanto surgirem encomendas é uma ajuda.

Entrevista 8

Contacto estabelecido diretamente com uma colega de licenciatura, a quem foi exposto o tema do estudo e considerou enquadrar-se por ter desempenhado informalmente funções de empregada de limpezas.

A entrevista a Emília, de 30 anos, foi realizada em sua casa, no dia 30 de junho de 2015.

O grupo doméstico é composto por Emília e o seu companheiro.

Qual foi o motivo por que recorreu a uma atividade informal?

Comecei a limpar para uma empresa que pagava 4€ à hora, a limpar no duro. E eu percebi se trabalhasse por conta própria, informalmente, ganhava 8 ou 9€.

Considera que recurso à informalidade está relacionada com a situação de crise?

Sim, pois talvez houvesse maior oferta de trabalho. Foi o não haver ofertas de trabalho na área que eu quero, que me fez ir para um rumo completamente diferente.

As limpezas surgiram que que contexto?

Através de uma procura de um part-time num site de empregos. Contactei e fui a uma empresa de limpezas. Até disseram que não contratavam pessoas com o meu perfil, que era nova e não tinha a imagem de dona de casa. Surgiam situações de raparigas muito mais novas e que optavam desde novas por essa profissão.

Qual a diferença que trouxe para o orçamento doméstico estar na informalidade?

Foi uma questão de sustentabilidade.

Comecei com o trabalho das limpezas para pagar as obras do condomínio em 2013, que custaram 5000€. Aí era através de uma empresa, numa clinica veterinária. Depois continuei como um extra, para as coisas bonitas todas.

Fiquei desempregada em maio. E de junho de 2014 até dezembro 2014 fiz limpezas informalmente. Para ser informal, tem-se de disponibilizar o tempo todo, enquanto através de empresa tem horário fixo.

Fiquei meio ano a fazer limpezas em famílias, em Lisboa, informalmente. Permitia-me pagar as despesas do empréstimo da casa.

Comecei nesse esquema através de uma senhora da própria empresa, supervisora que distribuía os serviços. Ela tinha ganho um cliente à empresa para ela fazer o serviço informalmente. E ela pediu-me para fazer umas horas lá, pagando mais do que na empresa. Subcontratou-me a mim, mas acabou por me pagar o mesmo. Assim, passei a estar por minha conta. Através de contactos, consegui ter a semana toda ocupada, a trabalhar menos e a ganhar mais. Fazia 5 ou 6 horas por dia e tirava 600€ por mês.

Em dezembro terminei de fazer limpezas, pois lesionei-me e uma vez que estava por minha conta, achei que devia parar. Não devia estar a esforçar-me mais para depois acarretar um problema maior. No final de janeiro comecei a fisioterapia através do Serviço Nacional de Saúde, estava desempregada e isenta.

Na altura não pensei que me ia desvincular, achei que ia ser temporário até recuperar. Depois apareceu uma oportunidade formação para um trabalho a full-time no aeroporto.

**Como é que lida com o desempenho desta atividade e com o facto de ter uma licenciatura?
As expetativas...**

A mim não me choca. Às vezes penso nisso, não é que seja desmotivador. Não é recompensador, pois sinto que não estou a dar uso ao meu potencial. Sinto que posso fazer mais qualquer coisa.

Mas também posso pensar de outra forma. Se preciso de 1000€, arranjo trabalho para tal. Se precisar de menos, arranjo menos trabalho.

Entrevista 9

Contacto estabelecido diretamente. Após várias tentativas para reencontrar Cândida na entrada da estação de metro, no dia 31 de julho conversámos. A entrevista não ficou registada, tendo contudo sido autorizada a sua menção neste estudo.

Cândida vende peças em tricot e croché à saída de algumas estações de metro de Lisboa, tem 84 anos e vive sozinha num quarto em casa de uma família. A única família que tem é um irmão que está na terra, onde ainda vai de tempo a tempo. Diz que a sua terra é Lisboa, onde já vive há 53 anos.

Começou em pequena a fazer trabalhos em croché e, há muitos anos, vendia na feira da ladra, até as lojas dos chineses chegarem em peso. As peças maiores a 2,5€ e as pequenas a 2€.

O seu percurso profissional passou por empregada na indústria hoteleira, pela distribuição de livros no Círculo de Leitores, depois comprou uma máquina de tricotar e vendeu os trabalhos na feira da ladra. Reformou-se aos 50 anos.

Após a reforma fez programas para a televisão, enquanto figurante. Afirma que as agências de figuração são esquemas corruptos, que cada vez pagam menos e chegam a levar mais de um ano para pagar. Às vezes gastava mais dinheiro a telefonar-lhes do que aquele que recebia. Durante esse período esteve coletada nas finanças, passava recibos verdes e fazia o IRS.

Começou a vender as peças desde que deixou de fazer trabalhar como figurante. Vendia perto do Hospital de Santa Maria. Um dia a polícia foi ter com ela, como não tinha dinheiro para pagar a multa, apreenderam-lhe as peças todas.

Desde essa altura, passou para a entrada do metro, há mais de 5 anos. Antes fazia o dia todo. Agora vende uma manhã por semana numa estação de metro, e um final de tarde noutra.

Teve de colocar uma caixinha para dinheiro e um cartão a pedir ajuda, caso contrário os seguranças do metro não a deixavam estar ali a vender: *É assim! Temos de fazer malabarismos.* Anteriormente, vestia-se de acordo com as filmagens, agora veste-se de acordo com o contexto em que está: *Estou aqui mascarada. Isto aqui não sou eu. Cá dentro sou eu, por fora não. Temos de fazer aquilo que não somos.* Reconhece que estar ali, para ela, é estar a humilhar-se, mas que não deixa que ninguém a humilhe.

Afirma que está ali porque precisa de vender as coisas, pois a sua pensão é muito baixa. O dinheiro que faz dá para pagar a comida. Por outro lado, também é importante porque a distrai.

Cândida estava a levantar os materiais, pois ia para casa fazer o almoço.

Entrevista 10

Contacto estabelecido, através de um contacto em comum. A entrevista realizou-se por telefone no dia 31 de julho, não tendo ficado registada.

Luísa tem 53 anos, é solteira e não tem filhos. É licenciada em engenharia zootécnica e em 2010 ficou desempregada. Recebeu durante três anos o subsídio de desemprego e mais um ano e meio do subsequente. Atualmente recebe o RSI com o montante de 120€ porque tem casa própria. *Recebo 120€ de RSI porque tenho casa própria e isso é ser rica.* Candidatou-se a uma bolsa para frequentar um mestrado pós-laboral e afirma estar muito contente com a possibilidade de voltar a estudar.

Tem vindo a desenvolver diferentes atividades informais: *Tudo neste país é feito à socapa.* Desde aulas de inglês em Centros ATL, a limpezas, cuidar de pessoas idosas e crianças, aulas de condução, promotora, apoio num *surf camp* e desenvolve a própria marca de artesanato com materiais reciclados.

Reconheceu que se enquadrava no âmbito do estudo, referindo que têm sido estas atividades que lhe têm permitido sobreviver durante este tempo. Também recebe apoio de um *take away* solidário, termina no próximo mês de setembro, pois o apoio é prestado durante um máximo de um ano. Neste *take away* tem tido oportunidade de fazer várias formações desde gestão de stress ao tema da mulher face ao desemprego. *Tive num ano mais formações lá do que em cinco com o IEFP. Nunca fui chamada para formação no IEFP. São estas organizações que fazem o trabalho do Estado. Pode colocar no seu trabalho e assinado por mim.*

Estas formações são frequentadas pelos beneficiários do *take away*, maioritariamente classe média, mulheres licenciadas e desempregadas. Muitas tomam comprimidos e estão deprimidas. *Se ficar fechada em casa, de braços caídos nada acontece. Mas nem sempre é fácil, há alturas muito complicadas.*

Não me afeta as atividades que faço, preciso de pão para a boca. Posso dizer que já passei fome.

Se há dificuldades na vida a pessoa tem de as assumir. Não devo dinheiro nem ao Estado, nem ao banco. Isso deixa-me tranquila.

As atividades que tem vindo a desenvolver surgem através do *boca-a-boca*. As pessoas já sabem que ela faz limpezas e toma conta de idosos e crianças. Desde 2013, faz limpezas faz todas as semanas, recebe entre 5€ a 6,5€. E, também desde essa altura, toma conta de idosos e crianças de forma pontual, quando pedem. Tem uma agenda muito preenchida e também tem de dar assistência à mãe de 85 anos. *Também é uma atividade, mesmo que não reconheçam.*

Durante três anos letivos deu apoio num ATL, nunca ninguém lhe pediu recibos. Dá aulas de condução a amigos em locais isolados, por um valor simbólico, pois não têm dinheiro para comprar aulas extras nas escolas.

Há quatro anos que trabalha dois meses por ano num *surf camp*, onde faz toda a logística, limpeza, compras, cozinha e transportes das pessoas. Esta é uma atividade das mais relevantes, afirma.

Uma ou duas vezes por mês faz ações de promotora nos elétricos turísticos vestida de minhota, a distribuir ginja e pastéis de belém. *É uma minhota muito lisboeta.*

Há um ano e meio começou a desenvolver uma marca de artesanato, pois sempre foi criativa. Utilizando cápsulas de café, começou a criar pequenas peças de bijuteria, e agora faz *abajures*, cortinas, biombos. Esteve muito ativa em muitas feiras, fazia todos os fins-de-semana e até conseguia algum dinheiro. Mas entretanto, o pai faleceu e deixou de se sentir bem em público. Em paralelo, percebeu que as fiscalizações estavam a aumentar e que corria risco em estar nas feiras sem estar coletada nas finanças.

Iniciou o processo de registo da marca, pois gostava de entrar em mercados mais exclusivos sem ser as feiras dos clubes recreativos e das juntas de freguesia. Afirmo que também era importante coletar-se nas finanças e ter uma marca bem construída, mas é sempre necessário capital e não quer voltar a ter dívidas aos bancos. *É dar um passo maior que as pernas.*